

SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO
CENTRO WILLIMON DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO
SOL - RR

Zelandes Alberto Oliveira
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, fevereiro/2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SEGURANÇA ALIMENTAR
NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO CENTRO WILLIMON
DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL- RR

Zelandes Alberto Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dra. Esther Katz

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, fevereiro/2013

Oliveira, Zelandes Alberto
**Segurança Alimentar nas Escolas Indígenas do Centro
Willimom da Terra Indígena Raposa Serra do Sol./** Zelandes Alberto
Oliveira.

Brasília, 2013.
89 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento
Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Segurança Alimentar. 2. Alimentação Escolar. 3. Povos
Indígenas. 4. Políticas Públicas.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO CENTRO WILLIMON
DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL**

Zelandes Alberto Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Indígenas.

Aprovado por:

Esther Katz (IRD/CDS UNB)
(Orientadora)

Doris Sayago (UNB)
(Examinador Interno)

Janaina Deane de Abreu Sá Diniz (UNB Planaltina)
(Examinador Externo Suplente)

Brasília-DF, ____ de _____ de 2013

Este trabalho é dedicado a minha Avó Rosalina Alberto
Grande referência do Povo Patamona

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao grande criador do universo;

Às grandes lideranças indígenas que lutaram para que possamos estar ocupando este espaço;

Às comunidades indígenas de Urinduk, Lage, Monte Muriá I e Monte Muriá II;

À minha eterna chefe Maria Luiza Coelho de Souza que sempre me apoiou e me incentivou nos estudos;

Aos companheiros da Divisão de Material Escolar – DIME da Secretaria de Educação de Roraima;

Aos professores do Instituto Insikiran da UFRR, Daniel Bampi, à professora Aurea Lúcia;

Ao professor Leonardo Pereira que gentilmente me concedeu sua sala de estudo em Uiramutã para que eu pudesse estudar;

À SEPPIR, USAID, IEB, Ministério da Defesa, CDS que proporcionaram este momento;

Aos meus companheiros do Mestrado no qual tivemos a oportunidade de construir grandes amizades que ficarão marcadas eternamente;

Aos professores e colaboradores do Curso;

Aos meus orientadores em especial a professora Terezinha Dias conhecida carinhosamente como tia Teca, que não mediu esforço no apoio a este trabalho à ela um agradecimento carinhoso do Patamona's;

Aos meus amigos e amigas de Brasília que me apoiaram durante o período;

À minha Mãe, minha tia Blandina, minha avó Rosalina, meus irmãos;

Minha comadre Marília;

À minha esposa Claudete Pereira, e em especial aos meus filhotes Arthur (Tutu/Juju), Breno (Beno), Caio e Diego minhas fontes de inspiração.

A resolução de problemas efetivos se encontra na coletividade e só
pode ser levada adiante com a participação dos seus membros
Thiollent (2005).

RESUMO

Conforme estabelece a Constituição Federal do Brasil de 1988, a alimentação escolar é um direito do estudante, competindo ao Governo Federal, Estadual, Municipal e o Governo Distrital o fornecimento da alimentação aos estudantes enquanto permanecem na escola. A lei 11.947 de 16 de junho de 2009 estabelece que os recursos destinados à alimentação escolar deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, priorizando, entre outros, as comunidades indígenas. Este estudo sistematiza informações relacionadas à segurança alimentar e nutricional e avalia a aplicabilidade da política de alimentação escolar, conforme estabelecido no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nas escolas indígenas do Centro Willimon da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima. Junto a estas escolas e nas respectivas comunidades, foram levantadas informações relacionadas à alimentação tradicional, visando subsidiar futuras composições de cardápio escolares mais adequados à alimentação e produção agrícola local, em contraposição à alimentação que atualmente é distribuída junto às escolas indígenas da região. O trabalho está dividido em quatro capítulos, tendo sido realizado em quatro comunidades indígenas (Urinduk, Lage, Monte Muriá I e Nova Monte Muriá II) dos povos Patamona, Macuxi, Wapichana e Taurepang, envolvendo levantamentos junto aos alunos, professores, produtores e outros membros das comunidades. Este estudo evidenciou a necessidade da aplicabilidade das políticas públicas voltadas às escolas da região pesquisada.

Palavras – chave: Segurança Alimentar; Alimentação Escolar; Povos Indígenas; Políticas Públicas.

ABSTRACT

According to the Federal Constitution, school meals are a right given to students: the Federal, State, Municipal and District Government must supply food while students remain at school. The Law 11947 of June 16th 2009 states that school food should be purchased directly from local family farmers and small rural enterprises, prioritizing, among others, indigenous communities. This study organizes information related to food and nutrition security and assesses the applicability of school food policy, as set out by the National School Nutrition Program- PNAE, in indigenous schools of Willimon Center in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, in the State of Roraima. Information about traditional food and local agricultural production were collected, in order to compose future school menus more appropriate to local food habits, unlike the food presently delivered / distributed in indigenous schools of the region. The study was carried out in four indigenous communities (Urinduk, Lage, Monte Muria, I and Nova Monte Muria II) involving students, teachers, farmers and other community members. This study highlighted the necessity of the applicability of public policies focused in the local schools.

Keywords: Food Security; School Meals; Indigenous Peoples; Public Policy.

LISTA DE FOTOS

- Foto 1 – Reunião onde foi dada autorização para a realização da pesquisa
- Foto 2 – Reunião no malocão da Comunidade Urinduk
- Foto 3 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a TIRSS
- Foto 4 – Alimentação escolar adquirida através do PAA para escolas do povo Zoró - MT
- Foto 5 – Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima (2012)
- Foto 6 – Estrutura organizacional do Centro Regional da Região Serras (TIRSS)

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Conhece ou já ouviu falar do CAE?
- Gráfico 2 – Conhece ou já ouviu falar no PNAE?
- Gráfico 3 – Produtos que os agricultores indígenas têm condição de ofertar as escolas segundo os professores
- Gráfico 4 – Alimentação que o povo mais comia no passado
- Gráfico 5 – Tipos de alimentos indicados aos alunos das escolas pelos agricultores indígenas
- Gráfico 6 – Alimentos que os agricultores afirmaram ter condição de produzir e comercializar para as escolas da região.
- Gráfico 7 – Alimentos preferidos pelos alunos
- Gráfico 8 – Principais alimentos sugeridos pelos alunos para a alimentação escolar
- Gráfico 9 – Alimentos que podem ser produzidos pelas famílias locais e vendidos para as escolas segundo os alunos

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 – Mapa com localização das quatro comunidades pesquisadas (circuladas em verde).
- Mapa 2 – As famílias caribe (vermelho) no Continente Sul Americano.

LISTA DE FIGURA

- Figura 1 – Organograma do CIR

LSTA DE ABREVIATURAS

APIRR	Associação dos Povos Indígenas de Roraima
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CF	Constituição Federal
CINTER	Conselho Indígena do Território de Roraima
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CME	Campanha da Merenda Escolar
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de aptidão ao PRONAF
DEAE	Departamento de Apoio ao Educando
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
DSL-RR	Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
EE	Entidade Executora
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IFRR	Instituto Federal de Educação de Roraima
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ODIC	Organização dos Índios da Cidade

OMIRR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIRR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
RR	Roraima
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SECD	Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SODIUR	Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TI	Terra Indígena
TIRSS	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE MAPAS	
LISTA DE FIGURA	
LISTA DE ABREVIATURAS	
AUTOBIOGRAFIA.....	13
Um lugar, um local, um tempo.....	13
A infância	13
A vida na cidade	14
O vínculo com a região.....	15
Os estudos.....	15
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - POVOS INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	26
1.1 A expropriação do direito de ser originário nas Américas	26
1.2 Breve história dos Povos Indígenas no Brasil.....	27
1.3 Breve contexto das ações indigenistas e da Igreja junto aos povos indígenas do Séc. XV ao XXI	29
1.4 A Funai e a produção nas comunidades indígenas do Brasil.....	32
1.5 A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	33
CAPITULO 2 – PROGRAMAS VOLTADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	40
2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	40
2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	42
2.3 Gestão da alimentação escolar indígena em Roraima.....	46
CAPITULO 3 – RAPOSA SERRA DO SOL: BREVE CONTEXTO DOS HABITANTES DAS COMUNIDADES ESTUDADAS.....	47
3.1 Estabelecimento da luta em torno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol -TIRSS	47
3.2 Contextualização dos Povos da TIRSS	53
3.3 Agricultura e Sistema Alimentar Patamona.....	55
CAPITULO 4 - RESULTADOS DA PESQUISA.....	58
4.1 Análises das respostas dos professores.....	58
4.2 Análise das respostas dos produtores	61

4.3 Análise das respostas dos alunos.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS:	71

AUTOBIOGRAFIA

Um lugar, um local, um tempo

Situado no nordeste do município de Uiramutã – RR, na margem direita do rio Mau, dentro do coração da atual Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS, está localizada a Comunidade Indígena Urinduk. O lugar é encantador (Terra Indígena), o local é maravilhoso (comunidade) e o tempo é o ano de 1981. São estas as características do lugar, do local e do ano em que nasci.

O nome Urinduk é de origem Patamona e quer dizer Ulintewùk, que é a junção de duas terminologias da língua Patamona, a terminologia “Ulin” onde o seu nome ou significado se refere a uma planta aquática que nasce sobre as rochas do rio Maú, e a terminologia “tewùk”, que quer dizer lugar/cachoeira do Ulin. A comunidade localiza-se em uma região de fronteira e faz divisa entre o Brasil e a Guiana.

A infância

Até os 10 anos minha vida foi na região de Urinduk¹, onde até então tive a grata alegria de conviver em harmonia com meus parentes. Ali vivenciei minha infância ao lado da natureza com sua bela e exuberante paisagem. Tempos memoráveis onde muitas das vezes passava o dia todo tomando banho com os demais companheiros nas águas dos rios e igarapés, íamos para casa só na hora do almoço ou quando os olhos já estavam vermelhos de tanta água.

Recordo-me dos momentos que íamos para a roça para ajudar a minha avó Rosalina² que ainda hoje é viva, onde tínhamos que subir e descer montanhas atrás de mandioca para fazer o beijú, *caxir*³ e às vezes o *pajuarú*⁴; também me lembro de quando o rio secava (baixava) e era comum bater timbó para pegar peixe. Cansei de pegar peixe desta forma. Outro fato comum que acontecia no rio Maú, principalmente durante o verão, era a colheita do Urin, uma planta aquática que nasce nas rochas, planta esta que dá origem ao nome da região. Esta planta era de onde os Povos

¹O nome Urinduk não se refere apenas à Comunidade Indígena, mas também é a denominação que se faz à região que compreende o Brasil e a República Cooperativa da Guiana.

² Dona Rosalina é uma Anciã de grande referência ao Povo Patamona.

³ É uma bebida tradicional feita a partir do cozimento da mandioca ralada.

⁴ É uma bebida tradicional feita a partir da massa da mandioca assada.

retiravam o sal tradicional e que atualmente é utilizado apenas na mistura de um tipo de tabaco tradicional, o *cawari*⁵.

A vida na cidade

A década de 1990 foi um dos momentos mais marcantes em minha vida, pois com a morte de meu pai no ano de 1990, minha mãe vendeu tudo o que tínhamos e nos levou para Boa Vista (capital de Roraima). Foi quando tivemos que recomeçar praticamente do nada, minha mãe com 8 filhos e sem nenhum lugar para morar, vivendo praticamente de favor na casa dos outros, acompanhado da inexperiência de se viver na cidade, o que resultou em um grande sofrimento. Resultado não diferente dos demais parentes que saem das aldeias e vão se aventurar nas cidades.

Entre os meus irmãos eu era o terceiro mais velho e antes de completar meus 11 anos fui trabalhar como ajudante de pedreiro para o meu tio Maurício na casa de quem passei a morar. O trabalho era duro e era para gente adulta, no entanto eu estava lá, pois não tinha escolha, como o trabalho era muito pesado, tempos depois meu tio me pôs para vender din-din⁶, saía de manhã com a caixa de isopor cheio e só retornava quando acabava o din-din.

Tempos depois minha mãe mandou me chamar e então eu fui morar com minha família em um bairro na periferia de Boa Vista. Chegando lá a vida continuava difícil, muitas crianças e muita das vezes sem nada para comer, como eu já conhecia um pouco a cidade fui vender picolé para ajudar no sustento da família. Depois fui vender jornal para a editora Folha de Boa Vista onde acordava por volta das 4 horas para poder pegar jornal e vender, pois após este horário o jornal acabava e tinha uma quantidade limitada para iniciantes como era no meu caso, que só podia pegar 10 jornais e conforme a venda a editora aumentava gradativamente a quantidade de jornal por vendedor.

Logo depois fui engraxar sapatos e fui obrigado a fazer amizade com outros engraxates que fumavam drogas, roubavam e praticavam outras situações nada de normal como tomar dinheiro de outras pessoas, fui tentado diversas vezes, mas nunca aceitei e sempre os respeitei e eles assim me respeitavam.

⁵ Tabaco tradicional de mascar produzido e utilizado pelos Patamona.

⁶ Dependendo da região é conhecido como sacolé ou geladinho.

Ao refletir e analisar as pessoas com quem convivi quase que diariamente durante os tempos de engraxate pude perceber que de forma alguma o crime levou estas pessoas à outra condição de vida a não ser à prisão ou à morte.

A independência

Aos meus 15 anos saí de casa. Neste período minha mãe já havia sido uma das primeiras contempladas com uma casa no conjunto Pintolândia⁷. Fui então viver a vida sozinho, durante este período não abandonei meus estudos e concluí meu ensino médio no colégio Gonçalves Dias. A única pessoa da minha família que me incentivou a estudar foi minha tia Blandina que já morava há certo tempo na cidade, mas isto não quer dizer que minha mãe não gostava que eu estudasse. Talvez isso se deva ao fato de que ela desconhecia a importância de se ter uma educação formal.

O vínculo com a região

Apesar de sair com 10 anos de Urinduk⁸ nunca perdi o vínculo com a região e nunca me esqueci dos meus parentes que ficaram na região, apesar da distância de 400 km de Boa Vista até Urinduk onde o transporte só é possível duas vezes por semana. Nas viagens que fazia à região comecei a perceber as inúmeras dificuldades que os Povos da região passavam. Essas percepções passaram a ser mais evidentes quando participava das reuniões e das assembleias dos Povos Indígenas de Roraima organizados pelo Conselho Indígena de Roraima - CIR, onde ouvia o clamor dos povos indígenas em busca de apoio e de melhorias para as suas comunidades.

Sempre tive o pensamento voltado ao coletivo, e com esse pensamento sempre busquei motivos que me levassem a contribuir com o meu Povo.

Os estudos

Após concluir o ensino médio em 2001 continuei a trabalhar e nunca pensei em fazer ou concluir uma graduação. Sempre tive uma relação/ligação com a terra/natureza e em 2006 prestei o vestibular da UFRR para o curso de agronomia

⁷ Um dos maiores conjuntos habitacionais de Boa Vista.

⁸ A Comunidade Indígena de Urinduk foi fundada em 1995 antes o local era uma região de garimpo, no entanto sempre teve a presença dos Patamona.

para o preenchimento de 40 vagas, não fiquei entre os 40 colocados, mas fiquei entre os 50, também no mesmo ano prestei o vestibular para o antigo CEFET-RR que atualmente é IFRR, na ocasião o vestibular foi para o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo com 35 vagas, fiquei entre as 35 vagas. Em 2007 iniciei o curso juntamente com os demais 34 alunos, concluindo o curso no final de 2009.

Como estudante do CEFET-RR, participei de vários encontros como: seminários locais, regionais e internacionais além de congressos, conferências, assembleias e outras reuniões. A minha participação nestes eventos foi no sentido de buscar novas experiências e conhecimentos no sentido de entender as transformações que a nossa sociedade vem tendo e assim ajudar ao meu Povo.

Em 2010 participei da seleção para o presente Mestrado com o projeto de pesquisa intitulado: Ecoturismo no Lago Caracaranã uma alternativa econômica para a TIRSS, onde fui aprovado para cursar o Mestrado. Porém durante minhas participações nas assembleias do CIR, percebi que os Povos Indígenas tinham outras demandas e que eram constantes os questionamentos da ausência do Estado para com as comunidades e terras indígenas de Roraima e buscavam apoio nas áreas de educação, saúde, agricultura, produção, transporte e outras reivindicações. Perante estas demandas prioritárias pensei em mudar o tema da minha pesquisa para “Segurança Alimentar nas Escolas Indígenas do Centro Willimom na TIRSS”.

Durante minha participação nas assembleias organizadas pelo CIR fiquei impressionado com tamanha desinformação junto aos Povos Indígenas voltadas a políticas públicas, e neste sentido sempre aproveitei estes espaços para repassar aos povos indígenas algumas informações que estivessem ao meu alcance e assim tenho feito nas reuniões e assembleias regionais e estaduais.

Diante dos acontecimentos chamei a mim a responsabilidade e decidir mudar a temática da minha proposta de pesquisa e resolvi elaborar outra proposta de trabalho, desta vez voltada para a Segurança Alimentar nas Escolas Indígenas. A mudança de tema foi totalmente necessária, pois como já dito sou uma pessoa que sempre procuro pensar no coletivo e tenho muita esperança na transformação da realidade atual dos Povos Indígenas em especial os de Roraima. Também sei que para isso é preciso o comprometimento de pessoas com espírito coletivo, transformador e confiante nas mudanças, e assim quero contribuir e colaborar com a transformação social de nossos parentes, no sentido de buscar o bem estar a todos.

Uma questão é constante: a quem interessa que estes Povos continuem a ficar desinformados?

Nas comunidades por onde passei a pesquisa só tinha início após uma pequena palestra sobre o entendimento do PNAE e PAA e com estas informações as comunidades sentiam-se contemplados com a temática.

Participação em eventos

Durante o mestrado tive a oportunidade de conviver com diversos povos indígenas, bem como visitar e conhecer outras regiões do Brasil como parte do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e parte do Norte.

Também tive a oportunidade de participar do Congresso Internacional de Alimentação e Nutrição ocorrido no Rio de Janeiro, “World Nutrition 2012”, participei da relatoria da preparatória dos Delegados Indígenas da IV CNSAN, ocorrido em Salvador BA, (2011). Também participei da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) mais conhecido como Rio +20, ainda durante o mestrado fiz algumas publicações, na revista Brasileiros de Raiz (Oliveira, 2012^a), Poster “Sal Ancestral” durante evento na França e como co-autor de um artigo sobre verduras em uma revista da Polônia “Acta Societatis Botanicorum Poloniae” (Katz et al., 2012), participei do projeto Engov, “Environment and Governance in Latin América and the Caribbean Work Package Bekonal”, bem como projeto “Sistemas Alimentares Indígenas da Amazônia: abordagem comparativa (IRD)”.

INTRODUÇÃO

A busca por uma educação escolar indígena tem sido uma das bandeiras prioritárias do movimento indígena do Brasil e demais instituições apoiadoras da causa indígena.

A política de universalização do ensino fundamental implantada e adotada pelo Estado a partir de 1990 contribuiu para que na maioria das comunidades indígenas tivessem algum tipo de atendimento escolar (Luciano, 2011).

Estas políticas têm sido um importante marco para a construção de uma educação escolar indígena no que tange aos princípios voltados a realidade indígena, tendo seu marco regulatório a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O marco legal que estabelece a Educação Escolar Indígena está na lei nº 6.861 de 27 de maio de 2009 (D.O.U. DE 28/05/2009, P. 23), que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Uma das providências está no Art. 12 da referida Lei consta que: “a alimentação escolar destinada às escolas indígenas deve respeitar os hábitos alimentares das comunidades, considerados como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local”. A política de Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é estabelecida pela lei nº 11.947 (D.O.U. DE 17/06/2009, P. 2). Desta forma a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem adotar medidas que façam valer o estabelecido na Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de forma a atender as diversas realidades existentes no Brasil no tocante à alimentação tradicional local.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar o alcance desta legislação no âmbito local, especificamente no Estado de Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Para tal propósito, foram realizadas entrevistas com alunos, professores e agricultores indígenas em quatro comunidades.

O tema segurança alimentar é um conceito em permanente construção. O entendimento por segurança alimentar adotado pelo presente trabalho é o de Verdum (2003), segundo o qual: “segurança alimentar é a capacidade de uma sociedade ou grupo social de fazer frente à demanda alimentar do conjunto de sua população, de forma suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativa”.

Apesar da existência dos marcos legais, como: (Resolução / FNDE / CD / Nº 38, de 16 de julho de 2009),⁹ que se realmente implementados contribuiriam muito para fortalecer a situação de insegurança alimentar indígena, sabe-se que Estados e municípios tem muitas dificuldades de implementação, considerando o desafio em se adequar a novos procedimentos, algumas vezes a um real descaso com os beneficiários e estes desinformados não buscam seus reais direitos.

Considerando os marcos legais existentes relacionados à educação e alimentação escolar diferenciada, este trabalho tem como finalidade diagnosticar a situação em que se encontram as escolas Indígenas do Centro Willimon denominação dada a uma sub- região onde estão localizadas 17 comunidades indígenas dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, quanto à alimentação escolar, e levantar informações sobre a alimentação tradicional visando subsidiar futuras adequações da merenda atualmente servida aos alunos a realidade da alimentação tradicional das aldeias.

No primeiro capítulo expomos um breve histórico dos “Povos Indígenas e sua Relação com a Segurança Alimentar”. Neste capítulo apresentamos um breve contexto do processo de colonização do continente americano bem como a política adotada aos povos indígenas do continente em especial o Brasil, apresentamos também uma breve história dos povos indígenas no Brasil assim como as ações indigenistas, apresentamos também um breve contexto do papel da igreja junto aos povos indígenas que compreende o século XV ao XXI, por fim descrevemos algumas ações por parte da FUNAI no que tange a produção junto as comunidades indígenas e finalizamos o primeiro capítulo descrevendo alguns marcos que contribuíram para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Sabemos dos limites desta análise. Entretanto, apresentamos a mesma porque nossa intenção é expor o presente texto às comunidades indígenas onde foi realizada a pesquisa e demais comunidades.

Procurando oferecer subsídios à nossa pesquisa e análise quanto aos “Programas Voltados a Alimentação Escolar” no segundo momento deste trabalho realizamos ponderações acerca da legislação sobre a temática. Salientando que não é nossa intenção esgotar este assunto sobre as leis, mas subsidiar o debate resultante de nossa pesquisa junto à comunidade, debatida de maneira mais aprofundada no quarto capítulo.

⁹ Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Na terceira parte intitulada “Raposa Serra do Sol: breve contexto dos habitantes das comunidades estudadas” procuramos refletir, inicialmente, sobre os debates entorno da luta pela Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS e como este processo influenciou com o atual contexto da população indígena local bem como a estrutura organizacional que é utilizada pelas lideranças indígenas do estado. Na sequência apresentamos os povos indígenas locais e, particularmente, os Patamona.

Por fim, apresentamos os “Resultados da Pesquisa” realizada em quatro comunidades indígenas a partir de entrevistas semi-estruturadas com professores, alunos e membros das comunidades (agricultores indígenas).

O presente trabalho teve como objetivo diagnosticar e sistematizar as informações voltadas à implantação da alimentação tradicional junto às escolas indígenas do Centro Willimom da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima, à fim de subsidiar as políticas públicas voltadas para a merenda escolar da região, tendo como objetivos específicos:

- Sistematizar informações sobre a alimentação consumida na alimentação escolar do Centro Willimom da TIRSS no estado de Roraima;
- Diagnosticar a produção agrícola das comunidades indígenas do Centro Willimom da TIRSS no estado de Roraima;
- Apontar o potencial de oferta de alimentos tradicionais para a alimentação escolar do Centro Willimom da TIRSS no estado de Roraima.

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi à metodologia da pesquisa ação através da observação participante. Segundo Thiollent:

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005).

Neste sentido a pesquisa visa por meio do pesquisador desenvolver um papel ativo e de continuidade dos fatos observados na tentativa da resolução dos problemas encontrados. Ainda segundo Thiollent:

A pesquisa-ação oferece meios para romper o monopólio dos tecnocratas ao permitir uma participação ativa dos diferentes tipos de usuários, com exercício e aprimoramento de suas capacidades. O saber informal dos usuários não é desprezado e sim posto em relação com o saber formal dos especialistas no intuito do enriquecimento mútuo (THIOLLENT, 2005. p. 107).

Este tipo de pesquisa muito contribui no desenvolver da cientificidade informal do saber dos povos indígenas, acreditamos que estas metodologias aos poucos sejam incorporadas por outros tipos de pesquisa, pois é através da participação dos pesquisados em conformidade com os pesquisadores que acontece a transformação do conhecimento, utilizando para tal o diálogo de saberes que apesar de não serem muito valorizado por outras ciências são de grande utilidade nas resoluções dos problemas.

A resolução de problemas efetivos se encontra na coletividade e só pode ser levada adiante com a participação dos seus membros (THIOLLENT, 2005).

As etapas metodológicas da pesquisa foram:

a) Revisões bibliográficas e documentais, conversas com técnicos e gestores públicos de programas de apoio à alimentação local;

b) Obtenção de autorização para realizar a pesquisa: A proposta da realização desta pesquisa foi apresentada durante a 41ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, organizada pelo Conselho Indígena de Roraima – CIR. Esta reunião aconteceu no Lago do Caracaranã no período de 10 a 15 de março do ano de 2012 no município de Normandia Roraima. Na ocasião o CIR estava discutindo seus trabalhos por regiões.

c) Elaboração dos questionários semi-estruturados (anexo);

d) Reunião com grupos focais em todas as comunidades (tuxauas e lideranças locais);

e) Aplicação dos questionários aos professores, alunos e agricultores;

f) Sistematização das informações.

Foram realizadas revisões bibliográficas na composição dos capítulos buscando trazer a realidade nacional (histórico, políticas públicas entre outros) e local (estadual e contextos políticos locais). Em Brasília foram realizados diálogos semi-estruturados (BOEF & THIJSSSEN, 2007) com gestores institucionais na CONAB,

FNDE, PNAE e MDA, e em Boa Vista-RR e em Uiramutã com Departamento de Apoio ao Educando - DEAE e representante da Secretaria Municipal de Educação onde buscou-se informações sobre a implementação das políticas públicas e bibliografia relacionadas.

O diagnóstico foi realizado em quatro comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS do Centro Willimon, município de Uiramutã no período de agosto a outubro do ano de 2012. É uma região geográfica de montanhas e serras considerada de difícil acesso, pois para chegar até certas comunidades indígenas só é possível por via aérea ou por caminhada e em algumas é possível chegar de carro tracionado durante o verão que vai de novembro a janeiro. As comunidades pesquisadas são compostas pelos povos Patamona, Taurepang, Wapichana e Macuxi habitantes desta região (Centro Willimon). O mapa abaixo (1) mostra a localização das comunidades pesquisadas.



Mapa 1 - Mapa com localização das quatro comunidades pesquisadas (circuladas em verde).
Fonte: Ministério da Justiça 2005¹⁰

O Centro agrupa atualmente 17 comunidades indígenas. As comunidades que compuseram esta pesquisa foram escolhidas segundo critérios de: a) estar localizada

¹⁰ Adaptação Zelandes Alberto Oliveira, os círculos verdes são as comunidades indígenas na qual a pesquisa foi realizada.

nas proximidades da sede do município de Uiramutã (comunidade Nova Monte Muriá II), b) estar localizada distante da sede do município de Uiramutã (comunidade Urinduk), c) maior contingente populacional (comunidade Monte Muriá I), d) ter um dos menores contingentes populacionais (comunidade Lage). Estes critérios foram considerados importantes, pois assim foi possível obter uma amostragem de forma a contemplar as demais comunidades. A autorização para realização foi obtida de forma participativa e dialógica na assembleia do CIR realizada no Lago do Caracaranã no período de 10 a 15 de março de 2012. Na oportunidade foram contextualizadas as políticas públicas (PNAE/PAA) relacionadas à segurança alimentar, descreveu-se a pesquisa, mencionando as perguntas que seriam aplicadas nas comunidades. Na oportunidade, também foram solicitadas sugestões para a pesquisa. De forma participativa e dialógica foi apresentada e discutida a proposta que teve o consentimento prévio, livre e informado das lideranças indígenas da região das Serras. A foto abaixo (1) mostra apresentação deste trabalho na Assembleia do CIR.



Foto 1 – Reunião onde foi dada autorização para a realização da pesquisa.
Foto: Laudiceia André (2012).

Baseado em revisões documentais e conversa com técnicos, foram elaboradas perguntas chaves que compuseram uma proposta prévia de questionários. Posteriormente estes questionários prévios foram discutidos com lideranças indígenas

em reuniões e em conversas pessoais. Foram assim obtidas importantes contribuições que resultaram na supressão e/ ou acréscimo de perguntas chaves. Foram estruturados três questionários específicos para professores, alunos e produtores.

Em cada comunidade pesquisada houve reuniões com tuxauas e lideranças locais, e com grupo foco (BOEF & THIJSSSEN, 2007). Nessas reuniões foram contextualizados os programas (PNAE/PAA) e os objetivos da pesquisa. Foi informado que qualquer aluno poderia participar desde que tivesse concluído o 5º ano, bem como professores e agricultores locais.

Selecionados os participantes em cada comunidade, os questionários foram aplicados em sua totalidade a 18 alunos, 9 professores e 17 produtores (modelo dos questionários aplicado nos apêndice 1, 2 e 3). Cada questionário trazia um termo de autorização de divulgação das informações prestadas que foram assinados pelos participantes. Também nos apêndice(s) (4, 5 3 6), a título de exemplificação, são apresentados resultados de alguns questionários com perguntas e respostas de alunos da comunidade Monte Muriá I, professores da Escola Municipal Indígena Cícero Canuto - comunidade Monte Muriá I e agricultores da comunidade Indígena da Lage.



Foto 2 - Reunião no malocão da Comunidade Urinduk.
Foto: Zelandes (2012).

Em todas as comunidades a pesquisa era precedida de reunião comunitária. Normalmente o local onde ocorriam as reuniões era no malocão de cada comunidade conforme foto 2.

Todos os questionários foram sistematizados, e suas repostas tabuladas em tabelas através do programa Excel, o que permitiu a elaboração de gráficos específicos.

Segundo dados do censo populacional do Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima DSL/RR (27/12/2011) as Comunidades Indígenas de Urinduk é composta por 122 populações, comunidade Lage 118 população, comunidade Monte Muriá I 221 e comunidade Monte Muriá II composta por 120 populações. A figura abaixo mostra a localização das quatro comunidades visitadas.

De acordo com a matrícula inicial (2012) a escola da comunidade Urinduk possui um total de 73 alunos e a escola da comunidade da Lage possui 45 alunos (matrícula inicial 2012). Já a escola da comunidade de Monte Muriá I possui um total de 136 alunos (matrícula inicial 2012) e a escola da comunidade Monte Muriá II possui 152 alunos matriculados (matrícula inicial 2012). A realização das entrevistas (semi – estruturadas) e observação participante aconteceu sob a anuência de cada participante onde durante as entrevistas a conversa fluía naturalmente sem exigências maiores de informações por parte do pesquisador.

Cumpramos ressaltar algumas dificuldades na realização da pesquisa, considerando que o período em que estava programado/planejado as entrevistas foi em uma data próxima ao período das campanhas eleitorais e das datas comemorativas das comunidades (festejos). Considerando esta situação foi necessário por diversas vezes cancelar encontros já agendados, pois não se conseguia reunir as comunidades, sendo que nestas ocasiões os entrevistados encontravam-se nos festejos ou fazendo campanha eleitoral ou em reuniões de campanhas. Foram feitas várias adequações no cronograma da pesquisa, readaptando a situação local.

A aplicação dos questionários foi realizada durante o segundo semestre de 2012, nos meses de agosto, setembro e outubro. No geral das seis comunidades selecionadas para a realização da pesquisa, não foi possível aplicar a sua totalidade tendo em vista a intensidade do período eleitoral e também a programação intensa das comunidades, ou seja, a pesquisa foi realizada em quatro comunidades.

CAPÍTULO 1 - POVOS INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA ALIMENTAR

1.1 A expropriação do direito de ser originário nas Américas

Para termos um entendimento sobre as políticas públicas de segurança alimentar relacionadas aos Povos Indígenas, é preciso compreender o contexto histórico da questão indígena no Brasil. Este passado histórico é um elemento importante e essencial na construção das relações sociais do presente. Sabe-se que na conjuntura atual os Povos Indígenas persistem lutando pela manutenção e recuperação de seus territórios, quesito primordial a sua segurança alimentar.

Durante o processo de conquista (invasão) das terras do continente americano em especial o Brasil, a política adotada pelos colonizadores aos povos indígenas era a política de dominação e da imposição, o que ainda permanece muitas vezes fomentada pela inoperância do Estado na garantia de direitos legais.

Os relatos do genocídio e perversidade dos “conquistadores” contra os povos indígenas da América Latina podem ser encontrados em várias publicações como “Relatos de um certo Ocidente: o Indigenismo como orientalismo à americana” que analisa os discursos de Las Casas. O autor, Cristian Teófilo comenta: “a destruição de doze milhões de seres humanos, em um período inferior a quarenta anos, em uma área mais abrangente que o dobro da península ibérica” (SILVA, 2009 p. 23). Assim foram exterminados diversos povos que tentavam resistir às invasões.

A visão ocidental histórica, e que ainda prevalece, é a de que para se desenvolver um Estado Nacional os povos deveriam se desvincular de seus costumes e tradições, pois se não for assim estes são considerados um freio no processo de desenvolvimento do Estado Nação. Assim a prática de hábitos, costumes e tradições passam a ser considerados na ótica do preconceito pela sociedade envolvente e pelos governos.

Tal entendimento se fortaleceu precisamente na década de 70 durante o processo de ocupação da Amazônia brasileira, quando o Brasil vivenciava o regime ditatorial e o discurso desse regime era de “integrar a Amazônia para não entregar” e de fomentar grandes obras norteadas pelo slogan “Pra frente Brasil”. Assim muitos povos sucumbiram por não aceitar a invasão de suas terras, quando a floresta foi literalmente cortada ao meio sem nenhum consentimento dos povos que habitavam esta região.

A premissa durante os séculos de invasão era de que os povos indígenas do continente americano deixariam as suas origens para se tornarem membros de um dos Estados Nacionais da América Latina, desta forma estes seriam integrados aos Estados Nação. Particularmente no Brasil “a premissa, inabalada durante séculos, era a de que os índios, mais cedo ou mais tarde, deixariam de ser índios para se tornarem brasileiros como quaisquer outro” (RAMOS, 1990, p. 6). Tal citação reforça a imposição de um Estado Nacional diante dos povos indígenas.

O contato por parte dos povos indígenas foi bem amistoso, já por parte dos colonizadores foi bastante agressivo uma vez que para estes não interessava a cultura vivenciada pelos povos que aqui se encontravam. (GAMBINI, 2009, comunicação oral, palestra curso CDS).

Aos colonizadores pouco interessava o modo de vida e a organização social destes povos, pois a dominação foi quase na sua totalidade, o domínio colonial e a imposição de hábitos culturais ocidentais submeteram os povos indígenas a um modo de vida diferente, prevalecendo assim à absolvição de outras culturas levando a estes povos a dependência da cultura ocidental.

El dominio colonial había destruído su unidad política como pueblos o naciones, subordinado su universo cultural al de los invasores, y arruinado su autoestima al reducirlos a la condición de casta inferior y a la extrema pobreza (FERNANDEZ, 1997, p. 4).

1.2 Breve história dos Povos Indígenas no Brasil

Ainda não existe uma comprovação exata das primeiras evidências de populações indígenas no Brasil. No entanto “inúmeras pesquisas arqueológicas assinalam a ocupação do território brasileiro por populações paleoíndias há mais de 12 mil anos” (PACHECO DE OLIVEIRA E FREIRE, 2006, p. 21).

Um dos primeiros relatos das populações existentes no Brasil foi realizado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha em 1500 quando por aqui chegou, na ocasião o mesmo remeteu uma carta ao Rei Dom. Manuel enfocando os índios de forma positiva, “[...] porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser” (Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500).

Os relatos dos cronistas das primeiras viagens de portugueses e espanhóis, ao longo dos rios Solimões e Amazonas, nos séculos XVI e XVII, fazem inúmeras referências à abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações ao longo dos rios principais e de seus afluentes (HECK, LOEBENS ECARVALHO, 2005, p.235).

Do século XV ao XX, com a chegada da colonização europeia, muitos dos povos indígenas foram dizimados, pois muitos não se submeteram ao domínio dos colonizadores e acabaram sendo mortos e outros, expulsos de seus territórios, sendo obrigados a se adaptar a ambientes e paisagens diferentes dos lugares de onde habitavam. Sampaio (2010) afirma que em cinco séculos de colonização, mais de cinco milhões de índios morreram.

É importante ressaltar que durante a história colonial e republicana do Brasil não se concebia o protagonismo e muito menos os direitos destes Povos, pois até 1988 todos os direitos indígenas eram concebidos como direitos espaciais temporários, que deveriam deixar de existir na medida em que os índios fossem integrados e assimilados a comunhão nacional (LEITÃO E ARAÚJO 2008, apud ALMEIDA, 2008), ou seja, existia uma afirmação preconceituosa por parte do Estado de que haveria um momento na qual o índio deixaria de ser índio quando se integrasse a comunhão nacional.

Já o século XX é marcado pela luta intensa destes povos na tentativa de impedir novas invasões em suas terras e buscar o reconhecimento do Estado de seus direitos para a demarcação de suas terras tradicionais, de forma a garantir a perpetuação de suas práticas tradicionais e a sobrevivência física e cultural.

Estes conflitos recorrentes geraram grande preocupação que fomentaram debates e mobilizaram de lideranças e comunidades indígenas, que a partir dos anos 70 em parceria com sociedades apoiadoras da causa indígena, ONG's indigenistas, começaram a constituir e estruturar suas próprias organizações a fim defender e reivindicar os direitos.

Com este processo de consolidação grandes organizações indígenas brasileiras e lideranças indígenas motivadas, vêm reunindo seus parentes (povo) para tomarem frente, e fortalecer o movimento indígena e qualificar o diálogo com o restante da sociedade na luta por seus direitos. Os anos 80 são marcados pela luta histórica de grandes lideranças (Mário Juruna, Davi Kopenawa, Marcos Terena, Jaci Cruz e outros) que trabalharam incansavelmente e assim foram fundamentais na construção do dialogo, criando e fortalecendo várias organizações indígenas em todo o Brasil. Tal situação não deveria acontecer, pois, se todas as precauções por parte do Estado fossem tomadas, no sentido de demarcar e proteger as terras indígenas estaria selado o pacto constitucional.

1.3 Breve contexto das ações indigenistas e da Igreja junto aos povos indígenas do Séc. XV ao XXI

Com a chegada do colonizador Português por volta do século XV (período pré-colonial) existiam duas instituições, o Estado e a Igreja, ambas dividiam suas tarefas da seguinte forma: o Estado tinha uma função de administrar e desenvolver uma política de aldeamento, enquanto a igreja tinha como missão pregar a obediência ao Estado, e um dos instrumentos utilizados pela igreja era a catequização.

Uma das primeiras ações do Estado em conjunto com a igreja relacionada aos Povos Indígenas (Sec. XV) foi justamente a formação de povoados (aldeamento) junto aos povoados Portugueses. Entretanto este “casamento” entre Estado e igreja teve um rompimento em no ano de 1757, quando o Marquês de Pombal determinou a expulsão de ordens religiosas e o confisco de suas propriedades, instituindo o Diretório Pombalino¹¹ (PACHECO DE OLIVEIRA E FREIDE, 2006, p. 70).

Esta nova política voltada aos povos indígenas desencadeadas pelo Marquês de Pombal teve seu fim em 1798, pois uma Carta Régia decretou a extinção do Diretório e instituindo os juízes de órfãos¹². Por volta de 1840 os missionários convidados retornarem ao Brasil dando inicio a uma nova fase de trabalho missionário, permanecendo até os tempos atuais.

Sem objetivar um aprofundamento teórico, vale ressaltar que uma das principais modalidades ou paradigmas indígena para a formação de uma verdadeira tradição política administrativa de âmbito continental foi à revolução mexicana de 1910 e em seu âmago o indigenismo¹³.

Segundo Verdum (1996), no Brasil o indigenismo integracionista teve uma história um pouco diferente do indigenismo mexicano, já que se origina do conhecimento e tradição sertanista que neste contexto é o personagem chave, o

¹¹ Um dos principais objetivos do Diretório era a criação de vilas, povoados mistos, incentivar a miscigenação, a produção agrícola, implantar o ensino da língua portuguesa proibindo a língua indígena entre outros.

¹² Devido à visão do índio como uma criança imatura e indefesa e do estado como seu tutor e protetor, havia neste período a figura do juiz de órfãos, pois cabia aos órgãos do Estado a função de proteger e garantir o bom tratamento aos índios, garantindo-lhes a evangelização, a educação e o amparo de enfermos e órfãos, protegendo-os em suas relações com outros índios e com não índios (cf. COLAÇO, 2000:97; CUNHA, 1992:146-7). Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>

¹³ O Indigenismo é um conceito, que foi formulado inicialmente no México como parte do movimento intelectual nacionalista, caracterizado pela defesa e valorização das populações indígenas de um país, região, etc. O marco histórico do Indigenismo é o 1º Congresso Indigenista Interamericano, realizado, no México, em 1940, quando os princípios e metas a serem transformados em práticas - ou políticas indigenistas - foram formulados pelos países do continente americano. 1º Congresso Indigenista Interamericano - Pátzcuaro, México, 1940.

especialista que domina as técnicas de atração e de pacificação dos índios “arredios”, que detém conhecimentos necessários para atraí-los a caminhar no sentido da civilização.

O primeiro órgão governamental para tratar de questões indígenas no século XX foi criado em 1910, intitulado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, (Decreto 8.072/1910) no Ministério da Agricultura, mas tarde (1918) transformado em Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Segundo Verdum (2006) a criação do SPI significou, entre outras coisas, o início do projeto republicano de substituir a catequese religiosa, como forma de incorporar aos indígenas no processo civilizatório e engaja-los nas estratégias de promoção do progresso nacional, pela proteção leiga do Estado. Dentro da instituição SPI foi criado diversos postos que tinha como função a administração da população e a gestão econômica do patrimônio indígena tendo como objetivo:

Envolver as famílias indígenas em atividades que proporcionassem algum tipo de renda como a lavoura e a pecuária, entre outros era vista como uma atividade educativa, bem como um meio para viabilizar a sustentabilidade econômica das Unidades e do sistema político administrativo e de proteção (GAGLIARDI, 1989).

Em 1967, após uma série de denúncias de corrupção, esbulhos de terras indígenas, a instituição SPI foi investigada por uma comissão parlamentar de inquérito resultando na demissão de mais de 100 servidores da instituição além de outras punições, culminado assim com a extinção do órgão em 1967.

Ainda neste mesmo ano o decreto de nº 5371 cria a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (DOU 05/12/1967), dando continuidade a tutela do Estado sobre os índios. Com a criação deste órgão indigenista (FUNAI), vagarosamente as ações desta instituição, particularmente de sua diretoria fundiária começam a fazer os primeiros levantamentos das áreas indígenas. A partir da década de 70 tem início uma nova política de regularização das terras indígenas culminando com o processo de transferência das terras indígenas, então sob o comando dos estados federados, para os cuidados da União. Com a Constituição Federal de 1988 ficaram definidas como terras indígenas aquelas que possibilitam a preservação física e cultural dos povos indígenas segundo seus usos costumes e tradições. Os Artigos 231 e 232 da Constituição Federal tratam especificamente da questão indígena sendo:

ART.231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1o São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.o As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

[...]

§ 4.o As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o ministério público em todos os atos do processo (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A carta constitucional estabeleceu um prazo de cinco anos para que o Estado demarcasse os territórios indígenas, fato este que até agora, após quase duas décadas e meio ainda não se concretizou. Segundo Brum (2012) o processo de identificação, declaração, demarcação e homologação das terras indígenas têm sido lentos e sensíveis a pressões dos grandes proprietários de terras e de uma parcela retrograda do agronegócio, além de uma grande maioria de políticos que dizem representar a sociedade brasileira.

Os fatos recorrentes quanto às demarcações de Terras Indígenas – TI, tem refletido diretamente na questão dos conflitos envolvendo os povos indígenas.

Recentemente os conflitos que atingiram os povos Guarani-Kaiowá suscitaram mobilizações indígenas sendo que em dia 08 de outubro de 2012 em assembleia, os Guarani-Kaiowá que vivem a beira de um rio no município de Iguatemi MS, após receberem a notícia de que a justiça federal decretou sua expulsão da região (área) reocupada por eles, decidiram ficar e resistir até a morte¹⁴.

A partir dos anos 80 com globalização e a adoção de políticas neoliberais, o incremento ao agronegócio, baseado no latifúndio, produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo e etanol ganharam importância estratégica nos mercados globais e, hoje, eles promovem os problemas da terra, particularmente daquelas onde vivem tradicionalmente as populações indígenas (Terra: Direitos Patrimoniais e Territoriais – CP 6 E CP 5, CONSEA, 2008).

¹⁴ Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para a Justiça Federal.

1.4 A Funai e a produção nas comunidades indígenas do Brasil

A FUNAI foi instituída sob a Lei Nº 5.371, de 5 de dezembro 1967. A lei que institui a sua criação não faz referência à temática alimentar, no entanto está temática existiu no passado (Sec. XV ao XIX) quando era fomentado o “estímulo à agricultura nos aldeamentos indígenas” (SECAD, 2007). A ideia foi de utilizar a mão de obra indígena na agricultura em detrimento do Diretório Indígena e assim os indígenas foram escravizados em prol da produção comercial e de subsistência.

No período que compreende o Serviço de Proteção aos Índios e nos primeiros momentos de criação da FUNAI existia por parte destas instituições um acompanhamento da produção das comunidades indígenas, na figura do chefe de posto que tinha como atribuição exercer o papel de uma espécie de delegado. Conforme relatos de Schiavini, indigenista da FUNAI:

A produção gerada pelas comunidades indígenas fosse ela de origem agrícola, extrativista ou artesanal, era totalmente controlada pelo posto. Mesmo a produção agrícola de subsistência era submetida a esse controle. As comunidades indígenas trabalhavam sob as ordens do Chefe de Posto, que, assim, funcionava como verdadeiro capataz (SCHIAVINI, 2006).

No que tange à política de apoio voltado à agricultura dos povos indígenas do Brasil, essa foi a política utilizada pelo Estado junto a estes brasileiros natos que permeou por um longo período, até a constituição de 1988.

É importante ressaltar que o contato da população indígena com a sociedade não indígena causou graves problemas de alimentação junto às comunidades indígenas, pois houve uma interferência total no meio social, ambiental e cultural destes povos, tendo em vista que estes já não conseguiam viver a sua cultura conforme seus usos, costumes e tradições, havendo também a introdução de várias doenças, o que foi determinante na morte e extinção de vários povos.

Nas décadas de 1970 e 1980 a FUNAI implantou o projeto Xavante no estado de Mato Grosso. O projeto consistia na produção mecanizada de arroz em larga escala, pois segundo a FUNAI as comunidades se tornariam autossuficientes e o projeto traria retorno econômico tanto à FUNAI quanto os Xavante. O resultado do projeto foi a alteração nos padrões de subsistência do Povo Xavante e a introdução de arroz, o qual se tornou a base alimentar em diversas comunidades Xavante.

De forma geral, como afirmam Dias *et al.* (2010), o contato dos povos indígenas com a sociedade envolvente provoca grandes transformações culturais. Algumas delas trazem consequências indesejáveis, como mudanças de hábitos alimentares e outros que prejudicam a saúde, reduzem também a variabilidade genética de cultivos pela introdução de espécies vegetais e/ou variedades comerciais de plantas tradicionais. Isto repercute diretamente nos mitos e ritos associados às práticas agrícolas, de caça, de pesca e de coleta que, ao se modificarem alteram a rotina, desorganizando a vida social e econômica dessas populações.

O contato contínuo das populações indígenas com a sociedade envolvente, somado a mudanças no estilo de vida, menor disponibilidade de terra e mudanças no sistema de subsistência, tem sido relatado como uma das grandes causas da mudança no padrão de morbi-mortalidade indígena e problemas de insegurança alimentar. Segundo Ribas e Philippi (2003) novos padrões de consumo alimentar são absorvidos por comunidades indígenas inteiras, explicados principalmente pela baixa disponibilidade de alimentos e renda familiar.

A subsistência a partir de atividades de caça, coleta e pesca vem ao longo dos anos passando por transformações decorrentes principalmente da instalação de novos regimes econômicos e da diminuição dos limites territoriais, o que levou muitos povos indígenas a situação de empobrecimento e carência alimentar, espelhado em quadros de desnutrição, hipovitaminose e anemias.

1.5 A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A estruturação para a construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, teve início durante a primeira conferência nacional de Segurança Alimentar que ocorreu de 27 a 30 de julho de 1994 em Brasília – DF com o tema: “Fome: uma questão nacional”.

A conferência contou com cerca de 1800 delegados representantes da sociedade civil e do Estado, procedentes de todas as unidades da Federação, convidados e observadores. A conferência teve como principais objetivos: (i) discutir o conceito de Segurança Alimentar como componente de um projeto nacional transformador da realidade que produz e reproduz a fome, a miséria e a exclusão; (ii) obter consenso sobre prioridades e diretrizes para formulação de políticas e proposição de instrumentos de intervenção; (iii) discutir o processo de construção da cidadania; (iv) identificar alternativas e promover a troca de experiências em

desenvolvimento na sociedade; e (v) identificar novas formas e mecanismos de parceria e articulação entre ações governamentais e não governamentais, tendo em vista a construção de uma nova relação Estado/sociedade (III CNSAN, relatório final, CONSEA, 2007).

O marco da primeira conferência está na evolução do tema Segurança Alimentar e Nutricional como um eixo para a transformação em política pública. É importante ressaltar que nessa primeira conferência ainda não existia a adjetivação “nutricional” ao nome da conferência, passando a existir a partir da segunda Conferência.

A segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorreu na cidade de Olinda – PE na data de 17 a 20 de março de 2004, com o tema: “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, tendo como objetivo propor diretrizes para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Discursão iniciada durante a primeira conferência. A conferência contou com cerca de 1400 delegados, representantes da sociedade civil e do Estado, procedentes de todas as unidades da Federação, convidados e observadores. Na conferência foram aprovadas 153 propostas de ações estratégicas (II CNSAN, relatório final, CONSEA, 2007). Além de incorporar a temática nutricional, o marco da segunda conferência foi a deliberação da Lei que mais tarde criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

A terceira conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aconteceu em Fortaleza – CE nas datas de 3 a 6 de julho de 2007, com o tema: “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” tendo como objetivo geral a “Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN”. A conferência contou com a participação de mais de 2100 representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada e representantes de órgãos públicos das três esferas de governo.

A quarta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aconteceu em Salvador – BA entre 07 e 10 de Novembro de 2011, com o tema “Alimentação Adequada e Saudável – Direito de Todos”. A Conferência contou com 1.626 delegados (as) da sociedade civil e governamentais, onde se debateu e deliberou sobre proposições voltadas para proteger, promover, respeitar e prover o direito humano à alimentação adequada e saudável no Brasil e no mundo, direito fundamental e universal previsto na Constituição brasileira (Declaração Política da IV Conferência, 2011).

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional passa a ter mais visibilidade quando a alimentação é reconhecida como direito humano a partir de 1966, na ocasião da formulação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do qual o Brasil é signatário desde 1992, tendo sido ele incorporado à legislação nacional.

A noção de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN pode ser mais bem compreendida a partir da insegurança alimentar, que no geral é entendido como um direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para que o ser humano possa viver.

No entanto quanto à insegurança alimentar e nutricional vale ressaltar que muitas das vezes se manifesta não pela restrição alimentar, mas sim, pelo consumo inadequado de alimentos em termos de variedade e qualidade nutricional dos mesmos.

A consciência do Direito Humano à Alimentação por parte dos governos e da sociedade é progressiva. Particularmente no Brasil, o termo vem ganhando espaços na linguagem pública, nos diferentes programas de governo (CONSEA, 2004).

Em 2002 o relator especial da ONU sobre direito à alimentação definiu o Direito Humano à Alimentação Adequada (In DHAA no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional – 2010) da seguinte forma:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

O conceito de SAN está em constante transformação, no entanto o Art. 3º da lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (D.O.U. DE 18/09/2006, P. 1) definiu como:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A política nacional de SAN visa promover a intersetorialidade das ações e programas públicos, bem como a participação social, sendo coordenados pelo

CONSEA e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). O marco legal que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional está no Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 (D.O.U. DE 26/08/2010, P. 6) que regulamenta a lei nº 11.346, que estabelece, entre outros, os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Um dos objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitando a diversidade da cultura alimentar nacional (CONSEA, 2010).

Vale ressaltar que os primeiros estudos realizados no Brasil envolvendo a temática alimentar têm início com Josué de Castro¹⁵ durante a década de 1930 com a publicação de seus trabalhos. A publicação do livro Geografia da Fome (1946) e Geopolítica da Fome (1951) traduzidos em edições sucessivas, em 24 idiomas consolidou seu prestígio externo Castro (1984).

Geografia da Fome expôs o problema do Brasil e provou que existem diversos tipos de fome. Em Geopolítica da Fome mostrou-se que o problema era mundial e que, se havia superpopulação no mundo, a fome, em suas diversas modalidades, era a causa básica (CAMPOS, 2012).

Outro fato marcante e relevante na luta contra a fome foi à criação da campanha Ação da Cidadania em 1993, encampada pelo sociólogo Herbert de Souza, atualmente denominado como “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

Em 1995 durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é criado o Programa Comunidade Solidária, tendo como objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. Em 2002 o programa teve seu fim sendo substituído pelo Programa Fome Zero.

¹⁵ Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro, foi um influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Sua atuação lhe rendeu duas indicações ao prêmio Nobel da Paz (1963 e 1970) e uma ao prêmio Nobel de Medicina (1954).

O programa Fome Zero funciona como uma estratégia articuladora de ações aplicadas por órgãos do governo federal. Seu objetivo é promover segurança alimentar e nutricional visando combater as causas estruturais da pobreza. Suas iniciativas englobam diversos ministérios, as três esferas, federal, estadual e municipal e a sociedade civil (TAPAJÓS, RODRIGUES E COELHO, 2010, p. 50, apud ARANHA, 2010).

A alimentação é o primeiro degrau constitutivo da dignidade humana. Direito elementar e sagrado. Sem comer adequadamente, nenhuma pessoa é capaz de produzir, de sonhar direitos mais elevados, de se desenvolver. Sem alimentar seu povo nenhuma nação se põe de pé. Só se forma como pátria a nação que acolhe todos os seus cidadãos nos direitos elementares e estimula o desenvolvimento coletivo e inclusivo. (ANANIAS, 2008) In SAN: Trajetória e Relatos da Construção de uma Política Nacional MDS, 2008.

Quanto à questão da segurança alimentar indígena, esta vem sendo tratada desde a I Conferência de Segurança Alimentar, ocasião em que foi apresentado o primeiro diagnóstico da situação alimentar de povos indígenas (Verdum, 1994). Este diagnóstico mostrava uma situação nada agradável, segundo Verdum (*ibid.*), contribuindo para que os indígenas do nordeste saíssem da situação de invisibilidade a que estavam relegados pelo indigenismo e pela antropologia que até então só tinham olhos para a Amazônia. Na ocasião o zoneamento da fome evidenciava sua situação mais grave nos territórios indígenas menores, notadamente aqueles fora do território amazônico.

Em estudo que abrangeu cerca de 22,57% das terras indígenas identificadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), constatou-se que cerca de 28,27% das comunidades apresentavam dificuldades para garantir com segurança, um bom padrão alimentar e de saúde. Em continuidade a pesquisa sobre a fome em populações indígenas, em 1995, outro estudo foi divulgado, mostrando que a fome era uma realidade para esta população, com um terço da população estudada (81,8% da população estimada total na época) apresentando problemas de sustentação alimentar, com problemas para suprir satisfatoriamente as necessidades qualitativas e quantitativas de alimentos (VERDUM, 2003). Ambos os estudos basearam-se em informações obtidas através de questionários enviados às próprias comunidades ou ao Posto da FUNAI, o que pode, em certo ponto, ter ocasionado sub ou super estimativas da realidade, visto que não foram realizados inquéritos nutricionais *in loco*.

Em 2009 a Associação ABRASCO apresentou no plenário do Consea os resultados do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena, um denso documento de 494 páginas apresentando o estudo mais amplo feito a nível nacional sobre o assunto realizado em 113 aldeias e 5277 domicílios. O objetivo do trabalho foi descrever a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de 60 meses de idade e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos. Entre as diversas recomendações o estudo apontou fortemente a necessidade de:

- Apoiar a progressão na regularização e demarcação de terras indígenas, visando à garantia de extensão territorial suficiente para possibilitar a auto-subsistência e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas;
- Apoiar e articular o desenvolvimento de estratégias complementares de subsistência e desenvolver projetos de auto-subsistência com a participação efetiva das populações indígenas locais, de modo a contribuir para a segurança alimentar e nutricional;
- Levar em consideração, nos projetos de subsistência, a forma de organização interna do grupo em questão e a lógica comumente adotada pelo grupo para obtenção de alimentos ou recursos;
- Desenvolver atividades de educação em saúde com base na característica sociocultural e ambiental local (ABRASCO, 2009).

Conforme podemos observar, a temática da Segurança Alimentar voltada aos povos indígenas está diretamente enraizada na questão da garantia do direito da terra, pois sem terra não tem como existir segurança alimentar, tendo em vista que a terra é o principal elemento que compõe a existência do ser indígena.

Breves considerações:

Quando se busca o entendimento da temática indígena no Brasil ou em qualquer outro lugar, o contexto sócio-histórico é um elemento importante na construção da realidade atual. Neste sentido, é preciso que a sociedade tenha a concepção das ações cometidas tanto pela Igreja bem como pelas ações indigenistas do Estado perante os povos indígenas, de forma que, de posse destes entendimentos estes possam realmente compreender e assim expor suas opiniões a cerca da temática.

A política indigenista adotado pelo Estado junto aos povos indígenas sempre foi à política da imposição e dominação. Mesmo diante destas imposições os povos indígenas sempre lutaram e combateram estes tipos de dominação. Prova disto são as conquistas do movimento indígena, em especial os Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Quanto à produção de excedentes por parte dos povos indígenas, nunca foi da cultura destes povos tais produções. Mesmo ciente deste entendimento a FUNAI introduziu na década de 1980 junto ao povo Xavante, uma iniciativa denominada de “Projeto Xavante”, a iniciativa consistia na produção de arroz mecanizado. O resultado deste processo foi o abandono de outras atividades agrícolas tradicionais por parte dos Xavante em detrimento da monocultura do arroz. Neste sentido é preciso analisar e levar em consideração a dinâmica de produção agrícola dos povos para que não venha acontecer interferências negativas junto a estes povos.

No que se refere à construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, apesar de tardiamente, importantes conquistas vem ocorrendo. Em especial nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, onde a partir da segunda conferência passa a ocorrer às preparatórias indígenas, que é um momento aonde os delegados indígenas são preparados e passam a ter um nivelamento a fim de estarem hábeis aos debates durante a conferência, de forma que os mesmos possam ser agentes de transformação de sua própria história.

CAPITULO 2 – PROGRAMAS VOLTADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais antigos projetos do Estado Brasileiro que trata da alimentação escolar, tendo sido iniciado em março de 1955, denominado como Campanha da Merenda Escolar (CME). Ao longo dos anos essa campanha recebeu outras nomenclaturas até que, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar”. Chaves (2006) afirma que seu principal objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, bem como contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, de forma a promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Um dos principais avanços nas ações do PNAE relaciona-se com a consolidação da política para o fortalecimento da agricultura familiar, conforme consta na lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Esta lei define que no mínimo, 30% dos recursos destinado à alimentação escolar, deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas. Esta lei relaciona-se com a Política Nacional de Alimentação Escolar, para todo tipo de estabelecimento escolar, independente da escola ser pública ou privada, pois todas estão enquadradas nas diretrizes estipuladas por essa política.

Isto representa um reconhecimento e apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas e quilombolas, pois reconhece a importância da aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local. Esta política reforça uma alimentação saudável e tradicionalmente adequada, além de promover a agricultura local.

De acordo com a legislação, o PNAE é uma política pública de responsabilidade compartilhada, ou seja, o Governo Federal, os Estados e Municípios e o Distrito Federal devem alocar recursos para a realização do Programa. Neste sentido o PNAE apenas faz a transferência do recurso em caráter complementar para que seja feita compra exclusiva de alimentos junto às escolas, competindo aos Estados, Municípios, e ao Distrito Federal a execução de outras medidas de forma a contemplar estas escolas com uma alimentação saudável, adequada e suficiente.

O princípio do PNAE é universal, pois atende a todos os alunos da educação básica. A resolução nº 038 de 16 de julho de 2009 normatiza as ações do PNAE e estabelece algumas diretrizes:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; (Caderno de legislação PNAE – 2011).

A alimentação escolar, segundo a Constituição Federal, é um direito do estudante competindo ao Governo Federal, Estadual, Municipal e o Governo Distrital o fornecimento da alimentação aos estudantes enquanto permanecem na escola.

No que se refere aos hábitos alimentares nas escolas (comunidades) indígenas a legislação deixa claro que estas especificidades devem ser respeitadas e levadas em consideração de forma a garantir uma alimentação de acordo com a cultura alimentar local. O Art. 12 do Decreto: nº 6.861 diz que: “a alimentação escolar destinada às escolas indígenas deve respeitar os hábitos alimentares das comunidades, considerados como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local”.

Conforme observado o PNAE estabelece as diretrizes e ações a serem seguidas quanto à alimentação voltada às Escolas Indígenas, competindo à União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal a efetivação destas políticas.

Segundo a resolução nº 038 que estabelece o atendimento da alimentação, compete ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a fiscalização da aplicação dos recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O CAE é um colegiado deliberativo, de fiscalização e assessoramento às Entidades Executoras (EE), ao qual compete acompanhar a execução do PNAE em todas as etapas, desde o planejamento dos cardápios à distribuição da merenda aos alunos, incluindo-se aí a participação no processo de aquisição, controle de qualidade e, ainda, a análise conclusiva da prestação de contas dos recursos, realizada anualmente.

O CAE deve divulgar o recebimento dos recursos financeiros junto à comunidade e também informar ao FNDE qualquer irregularidade verificada durante a execução do Programa. É a participação da sociedade civil como agente co-responsável no alcance dos objetivos do PNAE (FNDE – 2012)¹⁶.

2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um dos programas que tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar em todo Brasil. O PAA foi criado no ano de 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Ele tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar de forma a colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza. O programa utiliza-se de mecanismos que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações.

O PAA é um mecanismo que permite ao governo comprar produtos da agricultura familiar de forma a valorizar a produção agrícola regional bem como incentivar a produção regional. É coordenado pelos ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), sendo executado pelos governos Estaduais Municipais e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

No contexto geral, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. O programa possui cinco modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite e compra institucional. A compra é feita

¹⁶ Acesso ao site: <http://www.fn.de.gov.br> em 09/11/2012

sem licitação e com mais facilidades onde cada agricultor pode acessar até um limite de 4.500 reais (doação simultânea)¹⁷ por ano.

São beneficiários do PAA agricultores familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais com dificuldades de acesso ao mercado.

O PAA pode ser considerado como um dos programas que mais se enquadra para ser trabalhado junto aos Povos Indígenas de forma a fomentar uma alimentação conforme os hábitos e costumes locais, haja vista que a forma de acesso ao PAA é por meio da DAP¹⁸, documento que habilita o produtor ao Programa. Além do mais, é preciso que o agricultor tenha uma conta em uma agência bancária e, é claro, o produto. Entretanto este programa deve ser ofertado de forma complementar à alimentação escolar, uma vez que existem recursos específicos para alimentação escolar através do FNDE/PNAE.

Apesar de ter sido criado em 2003, o PAA em comunidades indígenas de Roraima é recente. As populações indígenas passaram a acessar esta política a partir do ano de 2010, ocasião da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) durante a comemoração da conquista da referida TI (Foto nº 3).

¹⁷ Doação simultânea é uma das modalidades de acesso ao PAA, onde a aquisição (compra) feita pelas instituições públicas é destinada aos assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais e sem terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e outras entidades onde a compra é toda distribuída na localidade ou região onde foi feita a compra.

¹⁸ Declaração de Aptidão ao Pronaf.



Foto 3 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a TIRSS.
Foto: Zelandes (2010).

Quanto à experiência de PAA em outras regiões indígenas, citamos o caso de três estudos¹⁹ de projetos desenvolvidos junto a comunidades indígenas (povo Kaingang da Terra Indígena Guarita - RS, povo Kanela aldeia Porquinhos - MA, e povo Zoró - MT). Estes estudos foram realizados por um projeto envolvendo a parceria da CONAB e do PNUD. De forma geral conforme consta no relatório de avaliação (CONAB/PNUD, 2009) os resultados contidos segundo o relatório de avaliação, demonstra uma estimativa positiva dos três casos citados.

De acordo com o relatório:

O PAA traz, de diferentes formas, o resgate da agrobiodiversidade e a valorização dos cultivos tradicionais indígenas, como contraponto à agricultura convencional. Gera o debate para alternativas de sistemas de cultivo, e no caso de áreas indígenas, alternativas para o manejo racional das áreas de florestas.

¹⁹ O presente estudo é o resultado do Produto 4, parte do Termo de Referência nº 130856 vinculado ao projeto “Revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento” (BRA/03/034), contrato nº 2008/001793. Tendo como objetivo avaliar os impactos dos projetos PAA no âmbito da organização social, dos sistemas produtivos, do meio-ambiente, da segurança alimentar e sustentabilidade econômica das comunidades indígenas e demais populações envolvidas em cada uma das experiências estudadas, identificando limites e possibilidades para o aprimoramento do programa.

O PAA é um instrumento de sustentação de preços e garantia de renda às famílias agricultoras, oportunizando novos espaços e formatos de comercialização dos produtos e influenciando no comportamento dos diferentes atores dos mercados locais e regionais.

Os projetos PAA nas regiões criam cadeias locais de comercialização, sendo mais eficientes no transporte, garantindo alimentos saudáveis a quem irá consumir, aumentando a renda das famílias produtoras, diminuindo as distâncias entre produção e comercialização. (Estudo comparativo de projetos PAA junto a comunidades indígenas CONAB/PNUD – BRA/03/034, 2009).

Ou seja, mesmo sendo um programa recente junto às comunidades indígenas, é possível observar a importância de se ter projetos no formato do PAA e assim buscar a valorização da forma tradicional da agricultura das populações indígenas. O programa fomenta a aquisição local de alimentos da agricultura indígena, e também a prática de uma alimentação saudável sem o uso de agrotóxicos.



Alimentos tradicionais do Povo Zoró na alimentação escolar: beiju de milho, cará, batata doce, mandioca e sopa de peixe – kuluxuwa.



Galpão de estocagem de castanha e sede APIZ em Ji-Paraná/RO. Maloca (moradia do Povo Zoró) e refeitório/sala de aula na Aldeia Escola, Terra Indígena Zoró, Rondolândia/MT.

Foto 4 – Alimentação escolar adquirida através do PAA para escolas do povo Zoró - MT
Fonte: CONAB (2009).

Conforme a foto 4, podemos observar a viabilidade da utilização do PAA como alternativa para aquisição de alimentos tradicional para as escolas indígenas. Ficando claro que é possível a utilização do PAA para compra de alimentação escolar, regional, local e tradicional.

2.3 Gestão da alimentação escolar indígena em Roraima

A gestão da alimentação escolar indígena em Roraima, de um modo geral, está centralizada na Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto (SECD), e pelas Secretarias Municipais de Educação existentes nos municípios.

No município de Uiramutã localiza-se o maior número de escolas indígenas do estado de Roraima. Atualmente as instituições responsáveis pelo atendimento destas escolas são as prefeituras municipais e o governo do estado de Roraima.

Segundo a Senhora Rosilda da Silva (comunicação pessoal, 2012) Diretora do Centro Regional de Educação Escolar Indígena da Região das Serras da TIRSS localizado no município de Uiramutã, as escolas atendidas pela Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto na região somam 63 escolas indígenas reconhecidas oficialmente e cinco escolas em processo de reconhecimento totalizando 68 escolas sob a responsabilidade do Centro Regional de Educação. Estas escolas tem um total de 3.156 alunos matriculados regularmente na educação base.

No cenário atual a alimentação dos alunos destas escolas (estaduais) é entregue a cada três meses. A maioria dos gêneros alimentícios é oriunda de produtos industrializados como: achocolatado, macarrão, charque, salsicha, sucos engarrafados, leite em pó, arroz, feijão entre outros. Esta alimentação não condiz com a realidade alimentar local tradicional, composta ainda em sua maioria de produtos provenientes diretamente da agricultura.

Breves considerações:

Em Roraima a gestão da alimentação escolar das escolas estaduais indígenas é realizada quase em sua totalidade pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto, existindo o entendimento por parte dos gestores a necessidade de se concretizar a política de alimentação escolar. Porém, por conta de interesses de grupos políticos, estes gestores não conseguem a implementação destas políticas e neste sentido é preciso a intervenção das instituições fiscalizadoras para que estas políticas possam ser implementadas.

No que se refere à gestão da alimentação escolar no município onde foi realizada a pesquisa (Uiramutã), o conhecimento destes gestores para estas políticas é quase inexistente. Segundo estes, não há esclarecimento ou informação destas políticas junto à secretaria municipal de educação. Neste sentido, a realização de oficinas e seminários junto a estes gestores relacionados à política de alimentação escolar se torna urgente e necessária.

CAPITULO 3 – RAPOSA SERRA DO SOL: BREVE CONTEXTO DOS HABITANTES DAS COMUNIDADES ESTUDADAS

3.1 Estabelecimento da luta em torno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS

O estado de Roraima foi criado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Está localizado no extremo norte do Brasil e faz limites, ao norte com a Venezuela, a leste com a Guiana Inglesa, a oeste também com a Venezuela e o estado do Amazonas e ao sul com o estado do Pará. É o único Estado da Federação cuja capital está localizada no hemisfério norte, fato este que faz a capital Boa Vista ser considerada a capital brasileira do hemisfério norte.

Foi povoado pelos europeus a partir de 1770 através da implantação do forte São Joaquim, construído com o objetivo de proteger e defender os interesses do governo contra invasores (holandeses, espanhóis, ingleses e franceses) que também despertavam interesses por estas terras.

Até 1982, Roraima possuía apenas dois municípios: Boa Vista e Caracarái, em julho daquele mesmo ano com a lei de nº7009 criaram-se outros seis novos municípios, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz, este último mais conhecido até hoje por São Luiz do Anauá.

Com Roraima já transformado em estado, em 1994 por meio de leis estaduais criaram-se outros dois municípios: Caroebe e Iracema. Um ano após a criação destes dois municípios, em 1995 foram criados os últimos cinco municípios: Amajari, Pacaraima, Cantá, Rorainópolis e Uiramutã (OLIVEIRA, 2010).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) Roraima possui 425.398 mil habitantes, sendo que deste total 49.637 se auto declararam indígenas, o que corresponde 11% do total da população de Roraima, sendo o estado da unidade da Federal com o maior número de indígenas proporcionalmente.

Enquanto o estado de Roraima se preocupava na criação de novos municípios, os povos indígenas do Brasil se organizaram para lutar e defender seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Em Roraima esta luta se estabeleceu fortemente em torno da TIRSS, o que motivou o conflito entre índios e fazendeiros da região. Um dos fatos marcantes ocorrido durante a reconquista da TIRSS foi o incêndio criminoso ocorrido nas instalações do Centro Indígena de Formação e

Cultura Raposa Serra do Sol²⁰ (antiga missão Surumú) promovido por um grupo armado que invadiu e sequestrou missionários e alunos indígenas. O centro até hoje se encontra destruído e os acusados pelo crime também nunca foram presos.

Uns dos fatos que se observou em Roraima, foram às reações e pressões contrárias que se estabeleceram quando da demarcação contínua da TIRSS, na maioria das vezes fomentadas por políticos e emissoras de TVs, e a mídia em geral, sem nenhum compromisso para com os povos Indígenas de Roraima. Não se pode negar que estas reações e pressões fazem parte dos interesses políticos e econômicos destes grupos que não medem esforços para desestruturar quem vai de encontro a estes interesses.

Segundo Santilli apud Silva (S/d)²¹ “desde 1977 já havia reconhecimento oficial da necessidade de demarcação da TIRSS”. “Indica ainda que nos anos de 1979, 1984, 1988 e 1992 foram criados Grupos de Trabalho pela FUNAI para levantamento da área”, no entanto em:

1917– Governo do Amazonas edita a Lei Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo para a ocupação e usufruto dos índios Macuxi e Jaricuna.

1919– Serviço de Proteção ao Índio (SPI) inicia a demarcação física da área, que estava sendo invadida por fazendeiros. O trabalho, entretanto, não é finalizado.

1977– Presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) institui um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para identificar os limites da Terra Indígena, que não apresenta relatório conclusivo de seus trabalhos.

1979– Novo GTI é formado. Sem estudos antropológicos e historiográficos, propõe uma demarcação provisória de 1,34 milhão ha.

1984– Mais um Grupo de Trabalho Interministerial é instituído para identificação e levantamento fundiário da área. Cinco áreas contíguas, Xununuetamu, Surumu, Raposa, Maturuca e Serra do Sol, são identificadas, totalizando 1,57 milhão ha.

1988– Outro GT Interministerial realiza levantamento fundiário e cartorial sem chegar a qualquer conclusão sobre o conjunto da área.

1992/1993– Funai decide reestudar a área, formando pela última vez novos Grupos de Trabalho Interministerial.

1993– Parecer dos GTs, em caráter conclusivo, é publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de maio, propondo ao Ministério da Justiça o reconhecimento da extensão contínua de 1,67 milhão ha.

1996– O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assina em janeiro o Decreto 1.775, que introduz o princípio do contraditório no processo de reconhecimento de TIs, permitindo a contestação por parte dos atingidos. São apresentadas 46 contestações administrativas contra a TI Raposa/ Serra do Sol por ocupantes não-índios e pelo governo de Roraima. O então ministro

²⁰ O centro é uma escola profissionalizante onde são formados técnicos indígenas para atuarem nas áreas de agropecuária e manejo ambiental.

²¹ Marcelle Ivie da Costa Silva. Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e questões internacionais na Amazônia brasileira.

da Justiça, Nelson Jobim, assina o Despacho 80, rejeitando os pedidos de contestação apresentados à Funai, mas propondo uma redução de cerca de 300 mil ha da área, com a exclusão de vilarejos que serviram como antigas bases de apoio à garimpagem, estradas e fazendas tituladas pelo Incra, que representa a divisão da área em cinco partes.

1998– O ministro da Justiça, Renan Calheiros, assina o Despacho 050/98, que revogou o Despacho 080/96, e a Portaria 820/98, que declara a TI Raposa/ Serra do Sol posse permanente dos povos indígenas.

1999– Governo de Roraima impetra mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com pedido de anulação da Portaria 820/98. Concedida liminar parcial ao mandado de segurança do governo de Roraima.

2002– STJ nega pedido do Mandado de Segurança 6210/99, impetrado pelo governador de Roraima e que solicitava a anulação da Portaria 820/98.

2003– O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anuncia, em diversos momentos ao longo do ano, que a homologação da TI é iminente.

2004– Em março, juiz da 1ª Vara Federal de Roraima suspende os efeitos da demarcação nos núcleos urbanos e rurais consolidados. Em maio, Desembargadora federal determina a exclusão da faixa de fronteira (150 Km), o que elimina toda a Terra Indígena. Em agosto, tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto o Supremo Tribunal Federal (STF) negam pedidos do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União (AGU) para derrubar a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que prejudica a homologação da TI Raposa/Serra do Sol

(<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/makuxi/737>: Acesso em: 29-01-2012).

2005 – No dia 13 de Abril, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, assina a Portaria nº 534, revogando a Portaria nº 820/98, que havia estabelecido à demarcação da TI e estava sendo questionada por liminares. O novo ato normativo exclui da área a sede do município de Uiramutã, equipamentos públicos (como escolas e linhas de transmissão de energia elétrica), o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército e o leito das estradas estaduais e federais localizadas na área.

A terra indígena Raposa Serra do Sol está demarcada com uma área de 1.747.464 hectares, homologada e registrada no Serviço de Patrimônio da União constitui, conforme reza o artigo 231 da Constituição Federal no reconhecimento do Estado brasileiro aos direitos territoriais históricos dos povos indígenas que habitam esta terra indígena.

A TI Raposa Serra do Sol, está localizada a nordeste do Estado de Roraima nos limites com os países da República Bolivariana da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana. Nesta região vivem aproximadamente 21.341 indígenas (SESAI- RR 2012) de cinco etnias, Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapichana e Patamona. Estes povos pertencem ao tronco/família linguística Caribe, no entanto o povo Wapichana faz parte do(a) tronco/família linguística Aruak. No geral estes povos

são representados pelo Conselho Indígena de Roraima - CIR em suas demandas e reivindicações.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) é uma organização indígena sem fins lucrativos que tem por objetivo a luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas deste estado. A criação do CIR tem seus primórdios na década de 1970, quando começaram a serem formados os primeiros conselhos regionais reunindo comunidades indígenas que buscavam alternativas políticas e econômicas frente a uma situação de extrema violência e opressão por parte de fazendeiros, garimpeiros e outros setores interessados na ocupação de seus territórios tradicionais.

Em 1987 uma Assembleia Geral realizada na Missão do Surumú reunindo tuxauas²² de diversas regiões, onde as lideranças decidiram pela criação de uma organização com sede em Boa Vista para representar e encaminhar as reivindicações dos povos indígenas do estado e desta forma foi formalizada a criação do Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), quando ainda não existia o estado de Roraima que mais tarde passou a ser denominado Conselho Indígena de Roraima (CIR).

No contexto político administrativo, a organização dos povos indígenas de Roraima é representada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Sua estrutura é distribuída por etnorregiões²³ sendo que cada região exerce sua política interna sem a interferência de outras regiões. Cada região possui o seu coordenador eleito em assembleia regional e nestas regiões existe outra forma de trabalho onde estas são divididas por Centros ou Polos Bases²⁴ e que cada Centro também possui o seus coordenadores.

No geral conforme podemos observar na figura 1, a estrutura político administrativa dos povos indígenas de Roraima é composto por uma coordenação geral eleita a cada dois anos onde o coordenador eleito assume sua função em assembleia geral dos tuxauas que ocorrem todos os anos.

O método de trabalho utilizado pelo CIR para atender as demanda das comunidades indígenas desde sua criação é através das regiões. Neste sentido a TIRSS é dividida em quatro regiões: Baixo Cotingo, Serras, Raposa e Surumú.

²² É o representante da comunidade indígena eleito/indicado pela respectiva comunidade durante reunião comunitária que em outras regiões é conhecido como Cacique, é o líder maior da comunidade indígena.

²³ No geral a organização político administrativa dos Povos Indígenas de Roraima é composta por dez regiões.

²⁴ Esta é uma nomenclatura utilizada pela SESAI/RR na organização da política de atenção a saúde indígena de Roraima.



Figura 1- Organograma do CIR
 Fonte: Elaboração própria

Normalmente à média de público durante às assembleias organizadas pelo CIR fica em torno de 1.000 lideranças indígenas de todo o estado, além dos convidados. A assembleia é um espaço onde são debatidas e discutidas as demandas e reivindicações das comunidades indígenas. A foto 5 ilustra uma assembleia acontecida em março de 2012.



Foto 5 - Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima (2012).
 Foto: Zelandes (2012).

Existem várias outras organizações indígenas em Roraima que trabalham em parceria mútua como a Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPRR, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIRR, Organização dos Índios de Cidade – ODIC, Associação dos Povos Indígenas de Roraima – APIRR, Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIUR e outros. No entanto, o CIR é a organização capaz de mobilizar as regiões de Roraima.

3.2 Contextualização dos Povos da TIRSS

A TIRSS é habitada por cinco povos indígenas: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapichana e os Patamona. Dentre estes povos, apenas o povo Wapichana faz parte de outro tronco/grupo linguístico (aruak) sendo que, os demais fazem parte do tronco linguístico caribe. Segundo Meira (2006):

A família caribe tem [...], cerca de quarenta membros, repartidos entre vários países da região amazônica: além do Brasil, há línguas desta família na Colômbia, na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa (MEIRA, 2006).

Cabe ressaltar que a abordagem dos povos no presente trabalho terá como enfoque o povo Patamona.

Parte do povo Patamona encontra-se a nordeste da TIRSS e vive nas comunidades indígenas de Urinduk e Kanauwpai. Ainda não se tem levantamento oficial deste povo, pois estes apesar de serem habitantes seculares desta região, só foram reconhecidos oficialmente quando da demarcação da TIRSS em 2005.

Os Patamona são conhecidos como Kapon assim como os Ingarikó e Akawaio, os Ingarikó vivem na região do Parque Nacional de Monte Roraima. Na literatura atual quase não existem publicações relacionadas aos Patamona, que são parte da família linguística Caribe.

As hipóteses mais aceitas sobre a origem das línguas caribes indicam que elas surgiram no Planalto das Guianas entre 3.000 e 2.000 anos atrás²⁵. Dessa região, grupos falantes de línguas caribes se expandiram para a atual Colômbia, para o Planalto Central Brasileiro e para as ilhas menores do Caribe.

²⁵ http://pt.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%A3o_karib/Hist%C3%B3ria

Conforme podemos observar no mapa 2, (em vermelho), as línguas Caribe se situam, em sua maioria, ao norte do continente Sul Americano especificamente ao norte do rio Amazonas. Antes do descobrimento, a família Caribe se estendia também pelas ilhas do Caribe, e parecia estar em plena expansão para o norte (MEIRA, 2006).



Mapa 2 - As famílias caribe (vermelho) no Continente Sul Americano.
Fonte: Meira (2006).

Os Patamona fazem parte do grupo linguístico caribe e se autodenominam Kapon, assim como os Akawaio (Guiana) e os Ingarikó habitantes seculares desta região (norte amazônico), o grupo Kapon compartilha um conjunto de hábitos culturais e forma uma só unidade lingüística perceptível no conjunto de inter-relações sociais e religiosas Cruz (2008). Habitam a região conhecida como tríplice fronteira compreendendo os países do Brasil, República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana.

Ainda de acordo com Cruz (2008): “A memória histórica sobre a qual os Kapon, como um todo, fundamenta suas identidades presentes revela um passado rico e complexo, repleto de experiência de sofrimento e dominação”.

O resultado deste contato entre indígenas e não indígenas colaborou para a introdução de novos hábitos e costumes entre os Patamona que até então não mantinham nenhuma dependência com a sociedade não indígena.

3.3 Agricultura e Sistema Alimentar Patamona

O ambiente onde parte do povo Patamona se encontra, nos locais habitados pelas comunidades indígenas de Urinduk e Canauwapai, é uma região tipo savana. Localiza-se a nordeste da TIRSS no município de Uiramutã, nas proximidades da margem direita do rio Maú, aproximadamente à 600 metros de altitude do nível do mar. As matas mais próximas utilizadas por parte dos Patamona para a prática da agricultura estão localizadas no outro lado da fronteira, no território da República Cooperativa da Guiana.

No que se refere à agricultura, a prática agrícola sempre fez parte do Povo Patamona, sendo que um dos principais cultivos deste povo está relacionado à maniva ou mandioca brava, conhecida como *maga-tirá*, na língua Patamona. Normalmente as derrubadas para as roças têm início ainda em fevereiro, mês que antecede o período de chuvas e as queimadas são realizadas durante o mês de março.

Na comunidade Urinduk é comum o uso das matas para o cultivo da agricultura de corte e queima mais conhecida como roça, as quais são utilizadas pelos moradores da localidade para a plantação de maniva, banana, milho, pimenta, abóbora, algodão, feijão, batata-doce, inhame, cará, hortaliças e outros tipos de plantações.

Para os Patamona a mandioca é o produto de maior importância para sua subsistência, pois desta planta são produzidos os alimentos tradicionais, tais como, o beiju, o caxiri²⁶ e o pajuarú sendo os dois últimos, bebidas fermentadas utilizadas no trabalho e nas festas tradicionais. Estas bebidas têm importância substancial nas relações sociais de trabalho como ajuri (mutirões para a roça e trabalhos coletivos nas comunidades).

²⁶ Bebida tradicional feito a partir do cozimento da mandioca e utilizada como alimentação diária pelo povo Patamona.

A farinha geralmente é produzida nas proximidades da roça, que comumente conta com uma casa de farinha, um barracão com equipamentos essenciais como o ralador, o tipiti (prensa) para extrair o líquido (tucupí) da massa da mandioca ralada e o forno (tacho). Este trabalho é realizado geralmente pelas mulheres, muitas das vezes com o auxílio das crianças.

Atualmente os Patamona utilizam como estratégia de curto prazo as margens do rio Maú para plantação das roças de vazante, pois a margem do rio é rica em matéria orgânica que é deixado durante as cheias, e estas roças costumam estar prontas para colheita em um espaço curto de tempo que leva em média de 06 a 08 meses.

A forma de obtenção de alimentos dos Patamona não é muito diferente dos demais povos habitantes da região. Normalmente, os alimentos que fazem parte da dieta alimentar deste povo são buscados nas roças, próximas as comunidades. A pessoa responsável por este trabalho é a mulher. O homem desempenha outro papel que é o de preparar o terreno para que sejam feitas as plantações.

Além da roça, existem outras formas de se conseguir os alimentos, como através da coleta de alguns frutos durante o ano como buriti, ingá, araquá, caju silvestre além de outros frutos regionais. Atualmente existe a introdução de outros frutos que se adaptaram ao clima local e são cultivados pelas comunidades, sendo o caso do caju cultivado, da manga, da laranja, da tangerina, graviola, coco, acerola e outras frutas. Estas plantas se adaptaram muito bem na região e produzem consideravelmente bem.

Outro aspecto relacionado à alimentação que compete aos homens são as caçadas. Atualmente este tipo de atividade acontece em pouca frequência, talvez, por conta do afastamento ou diminuição das caças na região. Além da caça, outra atividade que é realizada com mais frequência na região são as pescarias. Durante o período da seca ou verão, é comum a comunidade sair em grupos para as pescarias. Nas grandes pescarias é comum o uso do timbó de raiz para pegar peixe.

Outra atividade desenvolvida pelos Patamona quanto à alimentação, acontece durante a chegada do inverno, onde nas primeiras chuvas ocorrem as revoadas de alguns insetos comestíveis como a tanajura e os cupins. Também existem outros tipos de alimentos que ainda são consumidos como a muxiuá, uma larva que cresce dentro dos pés de buriti quando são derrubados, algumas lagartas, alguns sapos e gafanhotos.

Recentemente os Patamona da comunidade Urinduk e outros povos que vivem na comunidade passaram a criar peixe tambaqui em tanque escavado (açude). Além do tambaqui existem outros tipos de criação que são realizados na região como: criações de galinhas, de patos e de gado, sendo estes últimos os mais comuns que se pode observar na região.

Os alimentos comuns do dia-a-dia do povo Patamona são o caxiri e a damorida. Sendo que o caxiri cozido é o principal alimento deste povo que é consumido diariamente. Estes alimentos dificilmente faltam na residência de um Patamona, pois são à base da alimentação deste povo. Também existem outros tipos de alimentos que são consumidos com frequência pelos Patamona, como o pajuarú, o caxiri de milho e a farinha de mandioca. Estes são os produtos mais comuns que se fabrica para o consumo. Quanto à preparação destes alimentos todos são elaborados pelas mulheres.

Durante o preparo de alguns alimentos, existem algumas proibições, como, por exemplo, quando a mulher estiver na fase menstrual, esta não pode prepará-los. Também durante o preparo do pajuarú, que leva em média de 3 a 4 dias para estar pronto, a mulher não pode ter relação sexual com seu companheiro. Com o advir do tempo esse sistema vem passando por um constante processo de transformação, tendo em vista a introdução de outros sistemas alimentares que não fazem parte da cultura alimentar deste povo.

Breves considerações:

É importante ressaltar que a terra é o principal elemento que garante a sobrevivência cultural de um povo. Sem a terra não existe como garantir a perpetuação dos povos bem como a segurança alimentar.

Outro fato que as instituições públicas devem levar em consideração para a efetivação das políticas públicas junto aos povos indígenas é a dinâmica organizacional dos sistemas alimentares de cada povo. Neste sentido, as políticas existentes devem ser adequadas para cada realidade.

Portanto, é preciso que o Estado tenha o entendimento dos sistemas agrícolas e alimentares dos povos indígenas, de forma que este possa fazer acontecer às políticas voltadas a esta temática conforme a dinâmica cultural de cada povo.

CAPITULO 4 - RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Análises das respostas dos professores

A pesquisa foi realizada envolvendo nove professores dos povos Patamona, e Macuxi, sendo que, deste universo, 7 professores eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino, com média de idade de 33,7 anos.

Os contratos de trabalho dos professores participantes da pesquisa eram todos de processo seletivo com validade de um ano, ou seja, não existem professores do quadro efetivo lecionando nas escolas participantes da pesquisa.

Ao todo foram elencadas 14 perguntas junto aos professores, dentre as quais perguntas semiestruturadas, perguntas abertas e perguntas fechadas. Abaixo, conforme demonstram os gráficos, seguem alguns dos resultados da pesquisa junto aos professores.

Uma das perguntas elencadas junto aos professores foi relacionada ao Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Quando perguntado se os mesmos já ouviram falar ou conhecem o Conselho de Alimentação Escolar, a resposta dos professores conforme demonstra o gráfico 1, foi a seguinte: 33% já ouviram falar ou conhecem, enquanto que 67% desconhecem ou nunca ouviram falar no CAE.

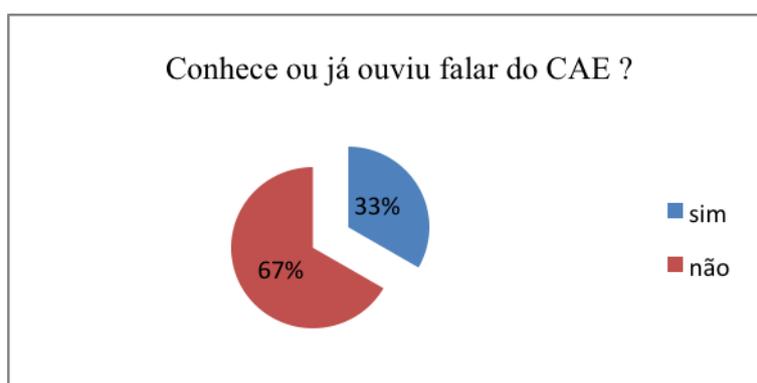


Gráfico 1 – Conhece ou já ouviu falar do CAE?
Fonte: Pesquisa de campo

Este fato pode ser considerado de extrema relevância no ponto de vista da negatividade, tendo em vista o desconhecimento por parte da maioria dos professores que são considerados pelas comunidades como formadores de opinião, ou seja, entende-se que quando estes formadores de opinião encontram-se desinformados de uma questão que pode ser considerada como extremamente relevante, dificilmente a

comunidade terá como questionar a não efetividade da aplicação da política de alimentação escolar. Pois, compete ao CAE, fiscalizar e acompanhar os recursos, bem como a aprovação de contas de recursos destinados à aquisição da alimentação escolar por parte do gestor público.

Outra pergunta destinada aos professores foi relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pergunta consistia em levantar informações do (a) professor (a) relacionadas ao PNAE. Conforme resposta do gráfico 2, 11% dos professores conhecem ou já ouviram falar no PNAE. Ou seja, a grande maioria dos (as) professores (as) desconhece totalmente o PNAE.

Neste sentido é preciso averiguar o que pode estar ocorrendo para que tais informações não cheguem até as escolas e comunidades no geral. É bem verdade que não só estas, mas outras informações.

A escola é considerada por muitos autores como um local/espço de formação para a cidadania, pois ela cumpre uma função social na comunidade. Mas ela tem, dentre outras, a possibilidade de contribuir para a formação de cidadãos críticos, íntegros e participativos.

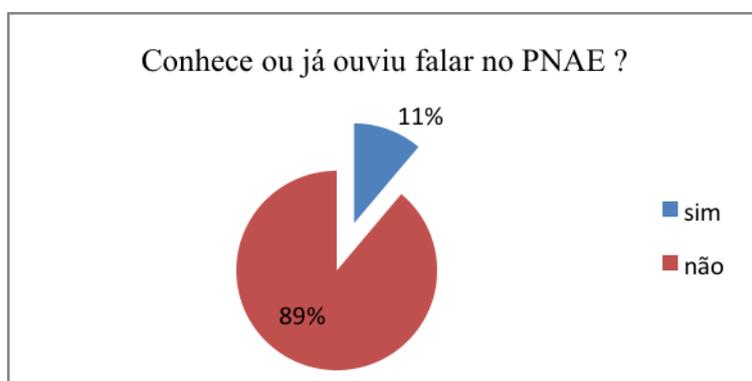


Gráfico 2 – Conhece ou já ouviu falar no PNAE?
Fonte: Pesquisa de campo

Outro questionamento realizado junto aos professores integrantes da pesquisa foi relacionado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Quando perguntado aos professores se eles conheciam ou ouviram falar no PAA, a resposta foi que 100% dos professores desconheciam ou nunca ouviram falar no programa.

O PAA é um importante instrumento de política pública voltada à segurança alimentar que pode ser utilizado junto às escolas indígenas, pois, é considerado como uma alternativa para à alimentação escolar local. No entanto, a falta de informação em

relação a esses instrumentos de políticas públicas torna difícil a efetivação de uma política voltada para a segurança alimentar nas escolas da região.

Outra pergunta dirigida aos professores foi no sentido de produzir informações a respeito da opinião dos mesmos, relacionados à produção dos agricultores indígenas localizados na comunidade onde a escola está inserida.

A pergunta foi no sentido de averiguar se os agricultores tinham condições de plantar e ofertar alimentos às escolas, conforme os costumes locais. A resposta foi positiva por parte de todos os entrevistados.

Outra pergunta formulada aos professores foi no sentido de saber quais produtos estes agricultores teriam condição de ofertar às escolas conforme os hábitos alimentares locais. De acordo com os professores, os produtores têm condições de oferecer um universo de 17 tipos de produtos como: feijão, arroz, verduras, farinha, melancia, carne de gado, aves, frutas, legumes, banana, peixe, carne de porco, buriti, mamão, laranja, maracujá e milho, sendo que as respostas predominantes do universo total foram: feijão 18% das respostas, arroz 10% das respostas, verduras 10%, farinha 10% e melancia 8% das respostas, esses cinco produtos totalizaram 57% das respostas conforme o gráfico 3 ²⁷.

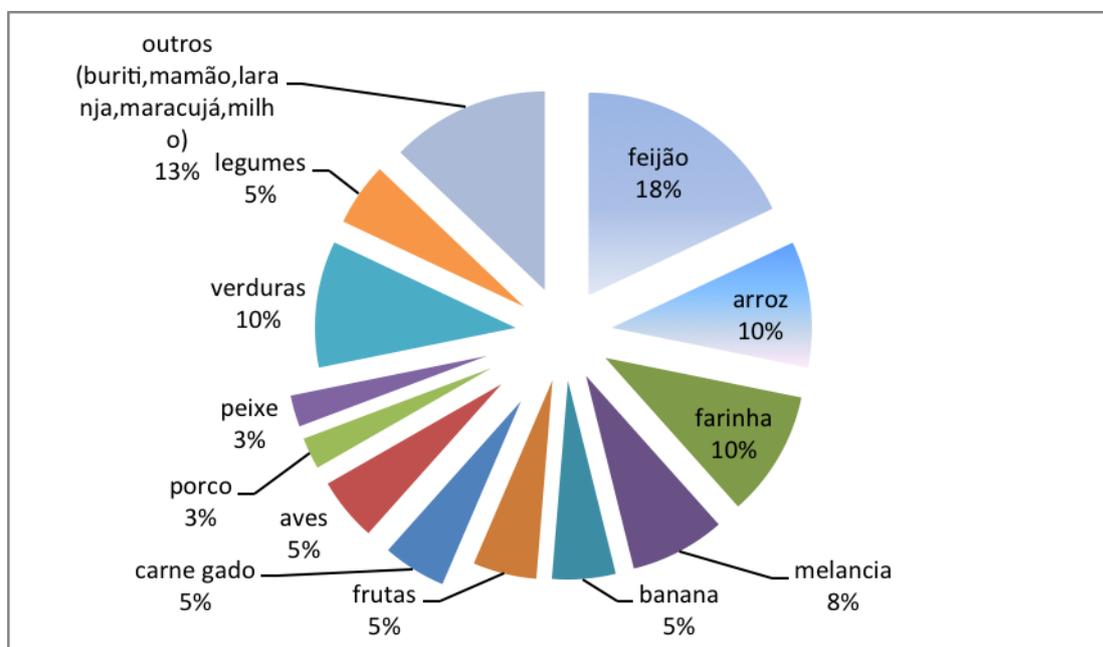


Gráfico 3 - Produtos que os agricultores indígenas têm condição de ofertar as escolas segundo os professores.

Fonte: Pesquisa de campo

²⁷ Vale ressaltar que as respostas contidas no gráfico 3 são respostas que traduzem o entendimento dos participantes relacionado à pergunta, e estão descritas na íntegra. Em nenhuma das respostas foi aprofundado o entendimento relacionado a algumas respostas. Como por exemplo, verduras, legumes ou frutas.

4.2 Análise das respostas dos produtores

Junto aos produtores foram realizadas entrevistas com 17 agricultores e agricultoras indígenas dos povos Patamona, Wapichana e Macuxi, sendo que a média de idade dos (as) agricultores (as) era de 38,4 anos, sendo 13 homens e quatro mulheres do total de agricultores entrevistados.

No geral, a localização do espaço territorial que os agricultores e agricultoras indígenas utilizam para fazer suas roças são as matas e capoeiras nas margens dos rios, mais conhecido localmente como vazante.

A forma de trabalho utilizado nas roças, em sua grande maioria, é através do sistema de mutirão mais conhecido localmente como ajuri. Primeiramente, quando algum pai de família precisa colocar sua roça, a esposa prepara o caxiri em grande quantidade. Posteriormente é feito um agendamento do trabalho junto à comunidade e durante o trabalho é servido o caxiri para os participantes e assim é feita a roça dos demais membros da comunidade.

No que se refere aos questionamentos juntos aos agricultores e agricultoras, foram realizadas dez perguntas junto a cada participante²⁸.

Uma das perguntas apresentadas junto aos produtores foi no sentido de realizar um levantamento prévio da alimentação consumida na comunidade ou região no passado. A pergunta foi a seguinte: como era alimentação (comida) antigamente? Quais os tipos de alimentos que o povo mais comia? As respostas alteravam de dois a nove respostas por produtores, totalizando um universo de 85 respostas, sendo que somaram a este total 30 (trinta) respostas diferentes, ou seja, uma grande variedade de produtos.

A carne de caça foi predominante (15%), seguido do peixe (13 %), damorida (11%), caxiri (8%) e batata (6%). Estes cinco correspondem ao total de 53% das respostas, conforme gráfico 4.

²⁸ Questionário consta em anexo deste trabalho.

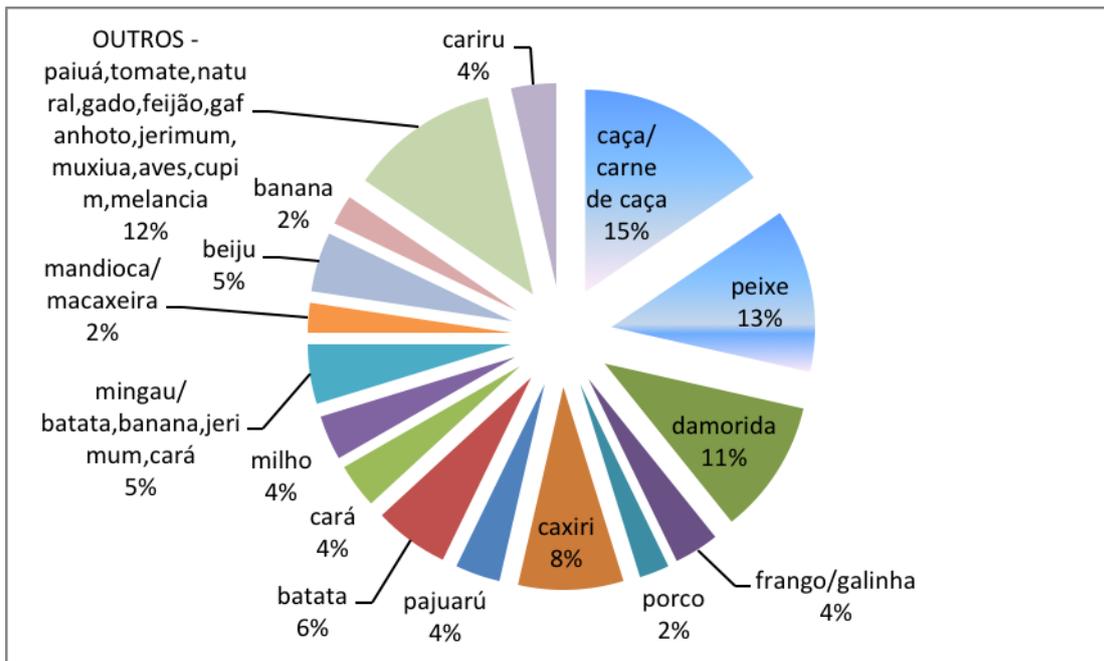


Gráfico 4 - Alimentação que o povo mais comia no passado.
Fonte: Pesquisa de campo

Outro resultado demonstrado na pesquisa realizada junto aos produtores diz respeito à diversidade de produtos cultivados pelos agricultores indígenas. Esta informação foi levantada a partir da seguinte pergunta: O que você planta na sua roça? (Colhe mais o que?). A resposta a esta pergunta demonstrou uma diversidade de 18 tipos de produtos cultivados pelos agricultores, sendo predominante o cultivo da mandioca/maniva²⁹, milho, banana, batata, feijão, cará, além de outros.

Outro dado demonstrado pela pesquisa diz respeito ao destino da produção das roças. Apesar de todas as roças serem utilizadas para a subsistência das famílias, parte dos produtores também comercializa sua produção.

Conforme o resultado da pesquisa, 53% dos agricultores comercializam parte de sua produção. Um dos principais fatores que contribuiu no incentivo e, conseqüentemente, no aumento da produção junto aos agricultores da TIRSS foi a CONAB³⁰, na ocasião da Comemoração dos Netos de Makunaimi³¹ realizado na comunidade indígena de Maturuca entre os dias 15 a 20 de abril de 2010.

Na ocasião da visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a CONAB adquiriu uma diversidade de produtos dos agricultores da região onde estes foram todos utilizados durante o período que se estendeu o evento e assim muitos

²⁹ O termo é um nome popular conhecido pelos indígenas da região como a mandioca brava.

³⁰ Quando da visita do presidente Lula a TIRSS em 2010.

³¹ A comemoração dos netos de Makunaimi foi um evento ocorrido no ano de 2010 em comemoração à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e que contou com a visita do presidente Lula.

agricultores indígenas tiveram a primeira experiência de comercialização de seus produtos através da CONAB o que se estende até os tempos atuais.

Também foi perguntado aos agricultores o que eles considerariam como uma boa alimentação para os alunos das escolas pesquisadas e quais produtos eles indicariam como alimentação as escolas. A pergunta foi formulada da seguinte maneira: Que tipos de alimentos seriam bons para as crianças e jovens daqui? Os agricultores indicaram como alimento aos alunos das escolas uma variedade de 32 itens de um total de 92 respostas. Dos 32 itens elencados e indicados a serem oferecidos pelas escolas aos alunos, predominaram as seguintes respostas: feijão, milho e derivados, batatas e derivados, banana, peixe, macaxeira, arroz, farinha e outros, conforme gráfico 5.

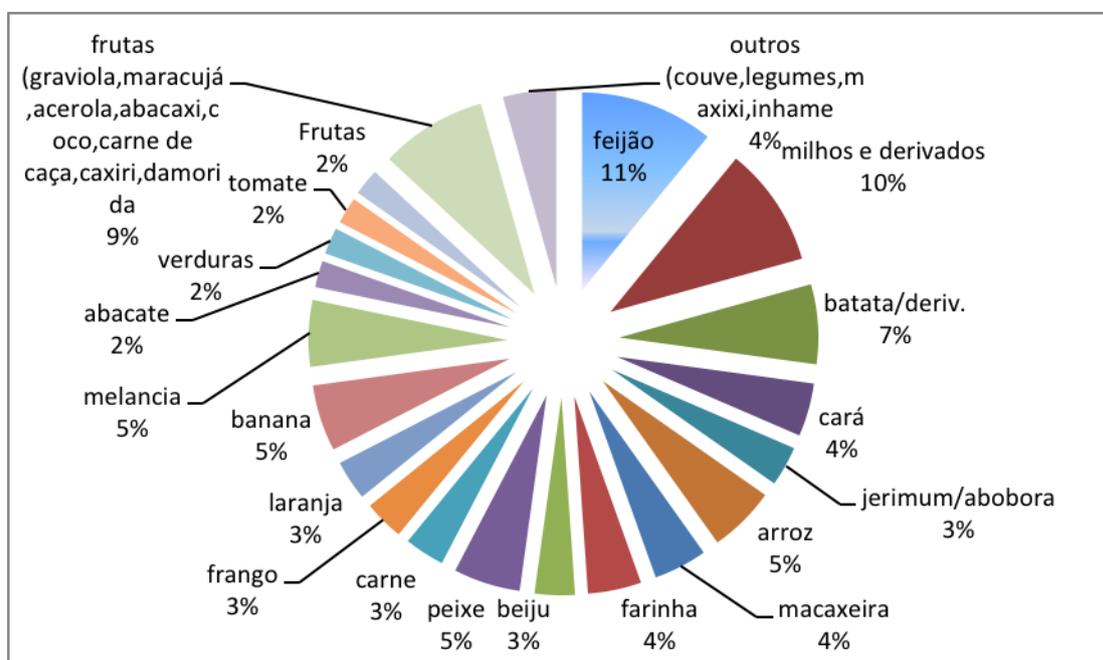


Gráfico 5 – Tipos de alimentos indicados aos alunos das escolas pelos agricultores indígenas
Fonte: Pesquisa de campo

Outra pergunta formulada junto aos agricultores foi: Você teria condição de produzir em sua roça algum alimento para a alimentação escolar? Dos 17 entrevistados, apenas um respondeu não ter condição de produzir alimento para oferecer a escola, sendo que a maioria respondeu que tem sim condições de produzir alimentos e ofertar as escolas, sempre levando em consideração a especificidade da alimentação local.

Esses 16 produtores elencaram uma variedade de 20 produtos que eles podem produzir e vender à escola. No entanto, conforme os agricultores, para que eles possam produzir em escala comercial com mais tranquilidade e qualidade estes

precisam de apoio para essa produção. Segundo os agricultores, deveria existir o apoio das instituições públicas, para transportar seus produtos bem como equipamentos como arado e equipamento de irrigação. Além disso, necessitam de apoio das comunidades, e de informações relacionadas a políticas públicas.

Segundo os mesmos entrevistados, há condições de produzir feijão, milho verde, batata, macaxeira, banana e outros produtos e vender as escolas. Esses foram os produtos que os agricultores afirmaram ter condições de produzir e comercializar para as escolas da região, conforme gráfico 6.

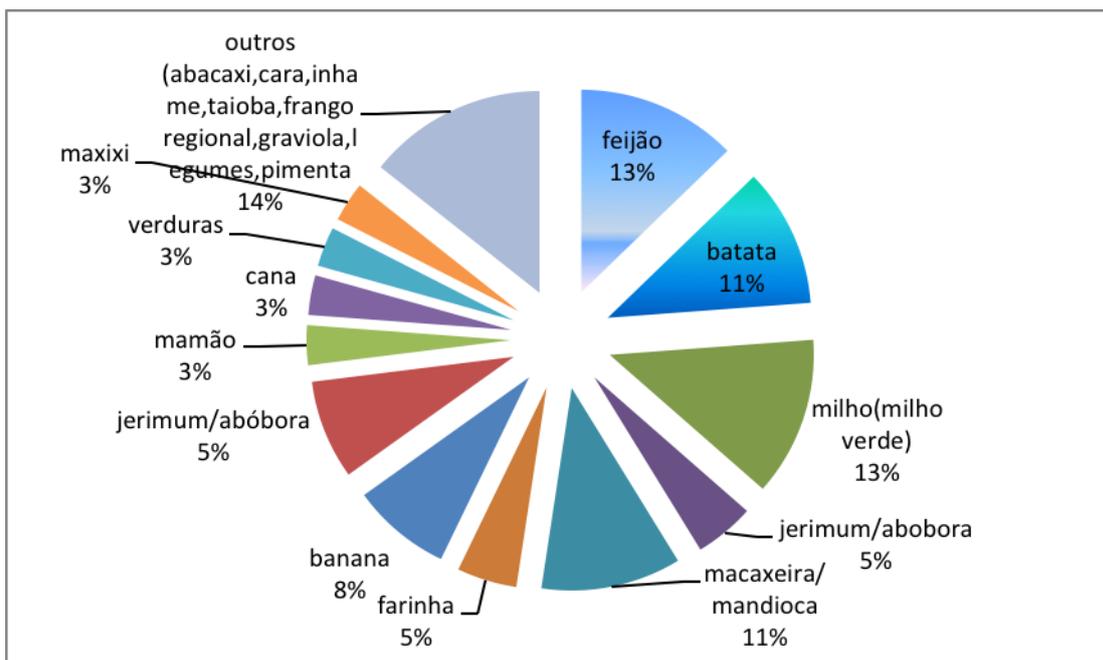


Gráfico 6 – Alimentos que os agricultores afirmaram ter condição de produzir e comercializar para as escolas da região.
Fonte: Pesquisa de campo

4.3 Análise das respostas dos alunos

Ao todo, foram entrevistados 19 alunos pertencentes aos povos Patamona, Macuxi e Taurepang, com média de idade de 14,5 anos das séries de, 5º ano ao 9º ano. Sendo, 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino.

É importante ressaltar que o quantitativo das respostas deste item (alunos), não corresponde ao quantitativo de alunos pesquisados, tendo em vista que o número de respostas a determinadas perguntas variam de uma a quatro respostas por aluno.

As perguntas feitas aos alunos foram no sentido de averiguar a opinião dos mesmos de forma a qualificar a apreciação dos mesmos pela alimentação que é

servida atualmente nas escolas pesquisadas, bem como averiguar possíveis alternativas locais para a alimentação escolar. Uma das perguntas foi: Das comidas oferecidas na escola qual você mais gosta e menos gosta?³² O resultado a esta pergunta estão todas descritas gráfico 7. De acordo com as respostas dos alunos, 19% dão preferência ou gostam quando é servido mingau de arroz ou mingau de milho, 14% dão preferência ao macarrão, 13% preferem arroz, 13% dão preferência ao feijão, 11% preferem sucos, 11% preferem biscoito/bolacha com leite. Estas respostas correspondem ao total de 81 % das respostas.

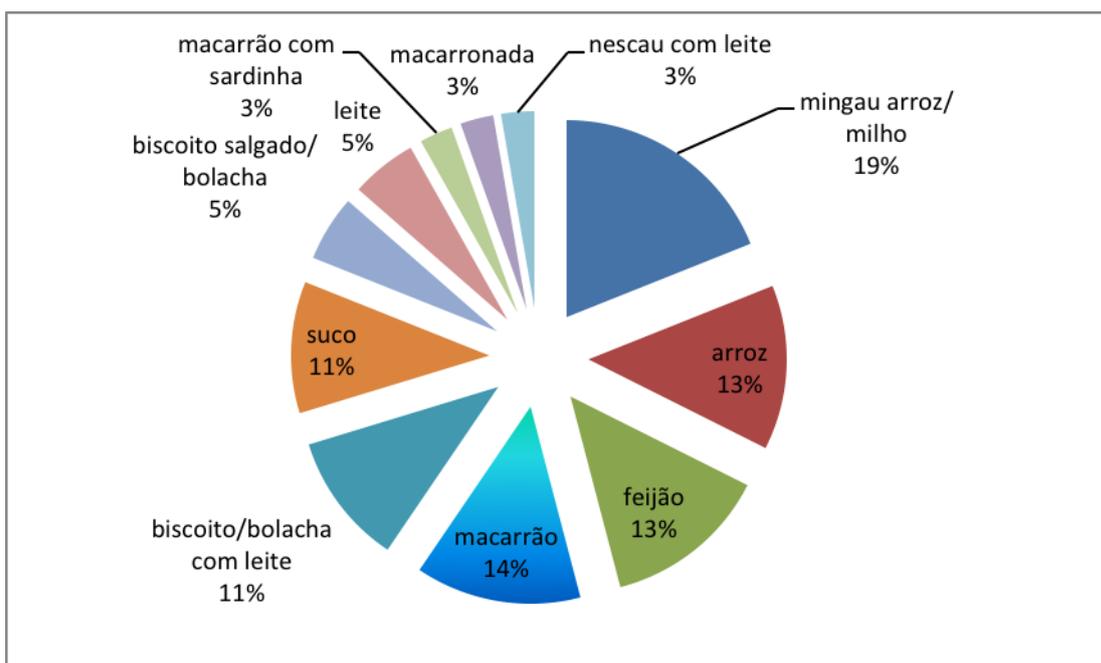


Gráfico 7 – Alimentos preferidos pelos alunos.
Fonte: Pesquisa de campo

Analisando estas respostas, podemos perceber que todos esses itens, com exceção do macarrão todos os demais já foram ou são produzidos a nível local ou regional conforme respostas dos agricultores.

Outra pergunta feita para os alunos procurou identificar as escolhas de produtos, caso eles tivessem como optar para escolha da merenda escolar conforme a seguinte pergunta: Se você tivesse que opinar e escolher a respeito da merenda escolar, qual seria a sua preferência? Conforme as respostas contidas no gráfico 8, estes responderam que se fosse dado a eles esta alternativa, os mesmos prefeririam os seguintes alimentos: 16% dão preferência ao mingau de milho/arroz/jerimum, 12% dão preferência a frutas, 12% dão preferência ao macarrão com sardinha ou feijão, 9%

³² O resultado contido no gráfico 7 diz respeito apenas à resposta da pergunta, “qual alimento servido na escola o aluno mais gosta”.

dão preferência a carne, 9% preferem leite, 9% dão preferência ao feijão, 7% dão preferência ao baião de dois, 5% prefere a carne de frango, 5% prefere o peixe. As demais respostas totalizam 16% das preferências.

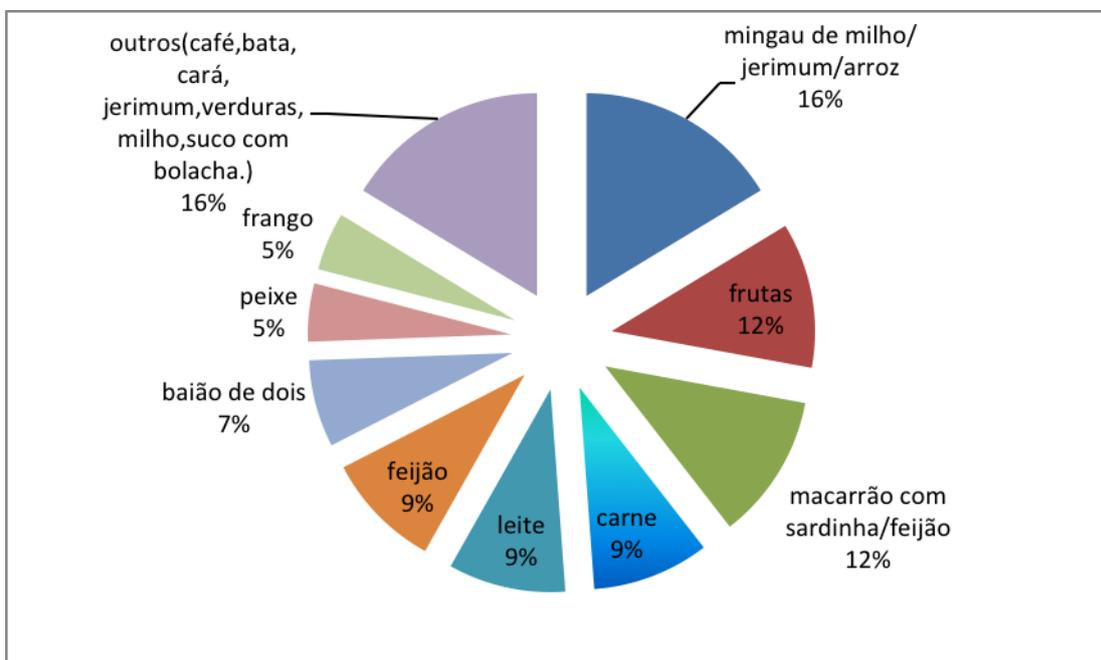


Gráfico 8 – Principais alimentos sugeridos pelos alunos para a alimentação escolar.
Fonte: Pesquisa de campo

Os itens especificados, com exceção da sardinha e macarrão totalizam 88% da preferência alimentar dos alunos participantes da pesquisa.

Com exceção da sardinha e do macarrão, todos os itens especificados podem ser produzidos e ofertados às escolas da região pesquisadas, sendo que alguns já são produzidos em nível de subsistência nas comunidades indígenas.

As respostas contidas no gráfico 9, dizem respeito à seguinte pergunta: Que alimento sua família tem condições de plantar e vender à escola?

Conforme resposta dos alunos³³, 34% de suas famílias têm condição de plantar e vender frutas (banana, melancia, cana, mamão) para as escolas, 11% pode vender macaxeira, 8% podem vender batata, 8% tem condição de plantar e vender abóbora, 9% tem condição de vender feijão e as demais respostas contabilizam 30% das respostas.

³³ Na cultura indígena local da TIRSS, é normal as crianças acompanharem seus pais durante os trabalhos de roça.

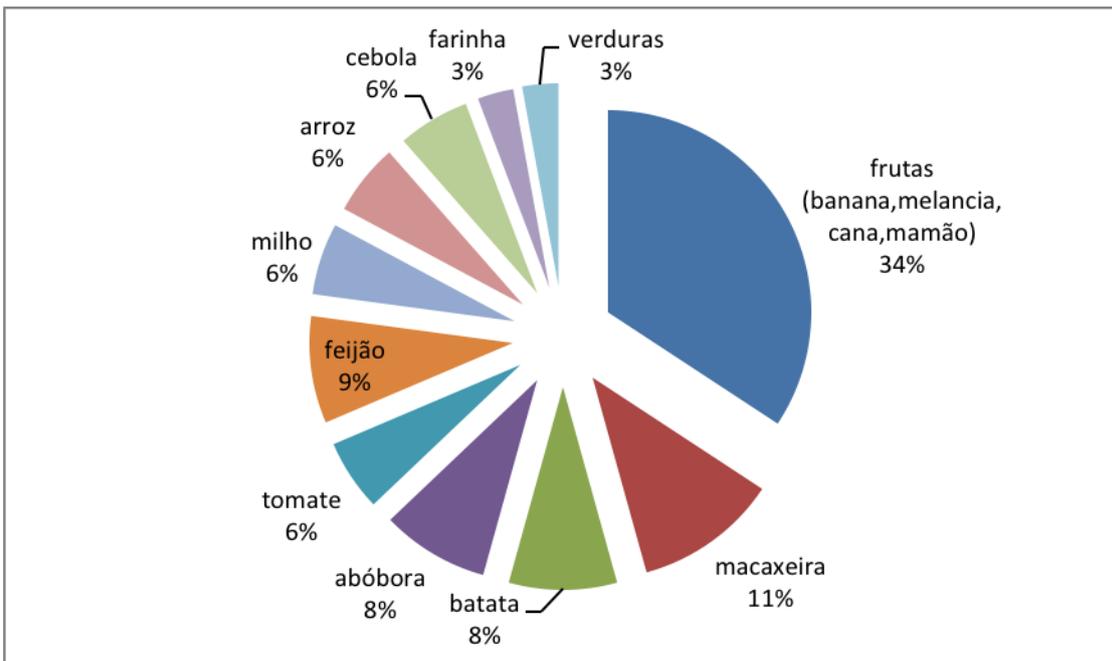


Gráfico 9 – Alimentos que podem ser produzidos pelas famílias locais e vendidos para as escolas segundo os alunos.
 Fonte: Pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é do costume e nem é da tradição indígena o excedente de produtos oriundos da agricultura indígena. Com o adir de alguns programas (políticas públicas) que fomentam a produção em grande escala, os povos indígenas passam se apropriar destes mecanismos e assim passam a se inserir no mundo capitalista.

Porém, estes mecanismos, quando introduzidos e apropriados pelas populações indígenas, devem levar em consideração alguns fatores, que, quando não observados podem ser altamente maléficos a estes povos. Como exemplo podemos citar o caso de um produtor indígena da TIRSS que na ânsia de se apropriar do recurso oriundo da comercialização de seu produto, comercializou toda a sua roça para a CONAB e que depois não tinha mais como conseguir alimentação para a sua família.

Neste sentido é preciso trabalhar junto a estas populações estes detalhes que são fundamentais para os agricultores da região. Estas políticas, quando bem esclarecidas e utilizadas por estes povos, proporcionam um papel transformador junto às comunidades indígenas.

O acesso a estas políticas (PAA e PNAE) dependem muito de uma boa vontade dos gestores públicos, tendo em vista que para fazer acontecer estas políticas em primeiro lugar é preciso toda uma mobilização das instituições públicas, de forma a levar estes esclarecimentos e informações junto às comunidades indígenas. Diante destas informações é a vez das comunidades elaborarem seus planejamentos em parceria com as instituições públicas de forma que estas comunidades possam ser agentes de transformação social local.

No entanto, é preciso fazer algumas colocações quanto à emissão da DAP, que habilita o agricultor a ter acesso ao PAA e ao PNAE.

Particularmente no município de Uiramutã não existe uma infraestrutura mínima necessária à emissão da DAP, pois para que possa ser emitida a DAP a instituição pública responsável por este atendimento (secretaria estadual de agricultura) não oferece nenhuma estrutura como: computador, sinal de internet, estrutura predial, pessoal capacitado, tendo em vista que a efetivação destas políticas depende destes equipamentos.

Quanto ao acesso à TIRSS, pode ser por estrada ou via aérea e em alguns casos por meio fluvial. Em relação à estrada não existe flexibilidade e muito menos sensibilidade por parte dos governos, federal, estadual e municipal em proporcionar à região uma estrada de boa trafegabilidade, pois durante o inverno algumas localidades chegam a ficar isoladas por conta do mal estado de conservação das estradas. E com as estradas nestas condições os equipamentos públicos dificilmente chegam até as comunidades.

Quanto à política pública voltada aos povos indígenas, percebe-se o interesse de grupos políticos empenhados na luta contra a vontade das populações. A Constituição de 1988 determinou um prazo de cinco anos para que o Brasil realizasse todos os processos de demarcação das terras indígenas, prazo este que já expirou e os povos continuam a esperar por este momento.

No que se refere ao PNAE, o presente estudo demonstra a ausência de conhecimento e entendimento desta política junto às comunidades e escolas indígenas da região pesquisada. Apesar de ser uma política inovadora que prioriza e leva em consideração à cultura alimentar local, é preciso fazer com que as escolas indígenas e comunidades tenham o conhecimento desta e outras políticas. Neste sentido ressaltamos a importância de se estabelecer parcerias entre os poderes

públicos e outras entidades apoiadoras da causa indígena para que estas informações possam chegar às comunidades indígenas.

O PAA tem demonstrado ser uma boa alternativa junto as comunidade e escolas indígenas, no entanto, assim como o PNAE às comunidades e escolas indígenas desconhecem também esta política. Neste sentido, é preciso estabelecer parceria junto às instituições públicas e demais entidades apoiadoras da causa indígena para empoderar estas comunidades com informação de forma a fazer com que estas políticas sejam efetivadas junto às comunidades indígenas.

Considerando que o estado de Roraima tem uma das menores populações do país, poderia ser um estado modelo na gestão da administração pública para o Brasil. No entanto, é um dos estados onde prevalecem os interesses de grupos políticos que utilizam seus cargos públicos em detrimento de interesses particulares.

Quanto à organização política dos Povos Indígenas de Roraima, estes estão bem organizados sob a coordenação do CIR, instituição que atuou insistentemente na demarcação da TIRSS, bem como em outras terras indígenas. Sendo assim, é preciso que o Estado reconheça esta organização de forma a estabelecer um diálogo mais franco e aberto com estes povos.

Conforme dados da pesquisa realizada junto aos professores, com relação ao PNAE existe um grande desconhecimento desta política, já que quase 90% dos entrevistados afirmaram desconhecer-la, apesar de ser uma das políticas mais antigas existente na atualidade datada de década de 1950.

O estudo ora apresentado demonstra a necessidade que existe por parte das instituições públicas, em levar informações no sentido de contribuir na efetivação das políticas públicas existentes no Brasil.

O presente trabalho já está surtindo efeito. Pelo menos é isso que se espera do resultado de uma pesquisa realizado junto a um determinado Povo, que esta leve o retorno e não fique mofando nas prateleiras das universidades.

Pode-se dizer que está surtindo efeito, uma vez que as informações levantadas nas quatro comunidades durante a pesquisa também serão obtidas em outras comunidades através do Centro Regional de Educação da Região das Serras - CEREIS, proposta que vai ao encontro dos interesses das lideranças indígenas da Região das Serras da TIRSS e abraçada pela atual Diretora do CEREIS a Senhora Rosilda da Silva.

CONCLUSÃO

A pesquisa confirmou a ausência de conhecimento por parte dos governos (federal, estadual e municipal) perante o sistema agrícola indígena local. Esta afirmação pode ser confirmada através da inexistência de levantamentos de produtos oriundo da agricultura indígena, junto aos governos acima citados.

Outro fato observado é que não existem excedentes de plantações e produtos oriundos da agricultura junto às comunidades, pois as plantações existentes são apenas para a subsistência familiar.

Também podemos concluir a existência de uma riqueza de saberes e de diversidade agrícolas junto às comunidades pesquisadas, bem como a existência de uma alimentação tradicional apesar da introdução de outros tipos de alimentos que não são de costume local.

Ficou evidente que as comunidades mais próximas da sede do município de Uiramutã estão mais influenciadas pela alimentação não tradicional e que muitos já não praticam certos hábitos alimentares como o consumo de alguns insetos, larvas e outros alimentos tradicionais de origem indígena.

Com a introdução de alimentos não tradicionais junto às escolas pesquisadas ficou evidente que em alguns casos já está ocorrendo à substituição de certos hábitos alimentares, onde alguns alunos estão tendo maior apreço por uma alimentação proveniente de alimentos industrializados, como a sardinha, o macarrão e o charque, exemplos de alimentos preferidos por esses alunos consumidos na escola. Isto demonstra a ocorrência da modificação do paladar destes alunos.

Diante do exposto podemos afirmar que ainda existe uma diversidade de alimentos tradicionais que podem ser ofertados para as escolas e que não podemos deixar perder esta riqueza. As instituições públicas devem, portanto, valorizar o patrimônio alimentar indígena ainda existente, de forma a fortalecer o modelo de desenvolvimento de acordo com a realidade cultural dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena**. 494p. 2009.

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de (org). **Guia para formação em gestão de projetos indígenas**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

AMÉRICA Latina continua sendo a região com mais desigualdades do mundo. O relatório da Anistia Internacional. Em 13 de maio de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança alimentar e nutricional: trajetória e relatos da construção de uma política nacional**. Brasília, DF: MDS, 2008.

BRASIL. Constituição Federal (1988).

BURITY, Valéria [et al.]. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 204p. 2010.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Josué de Castro e o direito à alimentação**. Geografia em Questão, v, 05, n. 01, pp. 28-46. 2012.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar**. UNB - Universidade de Brasília. CEAD - Centro de Educação a Distância. Brasília: 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília 2004.

_____. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada do Brasil: Indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais**. 284, p. 2010.

_____. **Relatório Final da III Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: 2007.

_____. **Terra: direitos patrimoniais e territoriais**. CP 5 e CP 6, 2008.

DIAS, T.; ZARUR, S.B.; ALVES, R.B.; SIAS, I.; BUSTAMENTE, P. G. **Etnobiologia e conservação de recursos genéticos, o caso do povo Craô, Brasil**. In: Nass, L. L.(Ed) Recursos Genéticos Vegetais, Brasília – DF: Embrapa Recurso Genéticos e Biotecnologia. p. 651- 681, 2007.

Documento de referência da 4ª Conferencia Nacional de Segurança Alimentar

FERNADEZ, José M. **Del Indigenismo Al Indianismo: Cambio Semántico O Giro Copernicano Em La Ideologia Y Política Indigenista Interamericana**. In: VI Encuentro de Latinoamericanistas Españoles.-Madrid, Universidad Complutense. 1997.

GAGLIARDI, J.M. **O Índigena e a República**. São Paulo: Hucitec, EdUSP, Secretaria de Estado e Cultura. 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características Gerais dos Índigenas Resultados do Universo**. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1- 245, 2010.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação 2006.

MEIRA, Sérgio. **A família lingüística Caribe (Karíb)**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.157-174, jul./dez, 2006.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Processo de construção de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI: possibilidades, limites e desafios do diálogo entre estado e povos indígenas no Brasil**. Brasília: FUNAI/GIZ, 2011.

OLIVEIRA, Zelandes Alberto. **Ecoturismo no Lago Caracaranã: uma Visão Empreendedora para a Sustentabilidade Socioeconômica da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**. IFRR – Instituto Federal de Roraima, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. 264 p.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenismo de Resultados**. Brasília, 1990.

RIBAS DLB, PHILIPPI ST. **Aspectos alimentares e nutricionais de mães e crianças indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul**. In: Coimbra Jr CEA, Santos RV, Escobar AL, organizadores. *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ABRASCO; p. 73 – 88, 2003.

SAMPAIO, Álvaro Fernandes. **Doéthiro: Álvaro Tukano e os séculos indígenas no Brasil**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2010. 174 p.

SCHIAVINI, Fernando. **De longe toda Serra é Azul**. Brasília. Ed. Independente, 2006.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos SECAD/MEC 3. Brasília, 2007.

SILVA, Cristhian Teofilo da. **Indigenismo como ideologia e prática de dominação: Apontamentos teóricos para uma etnografia do Indigenismo em perspectiva comparada**. Universidade de Brasília (s/d).

SILVA, Cristhian Teofilo da. **Relatos de um certo Ocidente: O indigenismo como orientalismo à americana**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas - CEPPAC, Universidade de Brasília. v. 1. p. 12 – 28, 2009.

TAPAJÓS, Luziele. RODRIGUES, Monica. COELHO, Maria Francisca. **Desafios Sociais no Brasil em 2003: da Exclusão a Cidadania**. In: ARANHA, A. V. (org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. v, 01. p. 54 - 73. 2010.

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento: nova / velha utopia do indigenismo**. 2006. Tese Doutorado - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas / Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

VERDUM, R. Org. **Mapa da Fome entre os povos indígenas no Brasil (I)**. Subsídio nº 19. (Julho 1994). Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos. 1994.

Websites consultados:

Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Disponível em: < <http://www.acaodacidania.com.br/> > Acessado em: 27/01/2013.

BRUM, Eliane. “Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui”. **Revista Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/decretem-nossa-extincao-e-nos-enterrem-aqui.html>> Acesso em: 14/11/2012.

Censo 2010. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/> > Acesso em: 13/11/2012.

CRUZ, Odileiz. Os Ingarikó (Kapon) na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Revista Ten. Mund., Fortaleza, v. 4, n. 6, jan./jul. 2008. Disponível em: < <http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/75/92>> Acessado em: 10/11/2012.

De Olho nas Terras Indígenas. Disponível em: < <http://ti.socioambiental.org/#!/pt-br/terras-indigenas/pesquisa/situacao-juridica> > Acessado em: 03/11/2012.

Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf> > Acessado em: 05/11/2012.

FREITAS, Henrique. [et al]. O método de pesquisa survey. Disponível em: < http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriqueausp.pdf > Acessado em: 13/11/2012.

HECK, Egon. LOEBENS, Francisco; CARVALHO, D. Carvalho. Amazônia indígena: conquistas e desafios. Estudos Avançados, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24091.pdf>. > Acesso em: 12/05/2011.

Homepage FNDE. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/inst-lossario> > Acessado em: 09/11/2012.

Homepage Palácio do Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/6861.htm > Acessado em: 14/11/2012.

O caso da Raposa. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/makuxi/737> > Acessado em: 13/11/2012.

Secretaria da Agricultura Familiar – Programas – PAA. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa> > Acessado em: 15/11/2012.

Uma breve apresentação do Conselho Indígena de Roraima. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/conselhoindigenaderoraim/> > Acesso em: 13/11/ 2012.

VERDUM, R. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. Sociedade em Debate, Pelotas, 9(1): p. 129 – 162, 2003. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/512/455>> Acessado em: 12/11/2012.